

REVISTA

OGUANABARA

EDIÇÃO #4 AGOSTO DE 2026

21 ANOS DO CBH Baía de Guanabara

Uma história construída pelas águas
Duas décadas de avanços, desafios e
participação na gestão da Baía de Guanabara

Págs. 22-29

PROJETOS EM ANDAMENTO Da estratégia à ação

Conheça iniciativas que estão
avancando na Região Hidrográfica
da Baía de Guanabara.

Págs. 12-17

SANEAR BG
Saneamento
que transforma territórios
Investimento em biodigestores
protege ecossistemas e melhora
a qualidade de vida da população.

Págs. 18-21

ECONOMIA AZUL
Desenvolvimento
que vem das águas
Como conservação, inovação e
economia podem avançar juntas.

Págs. 49-57



 **SANEAR BG**



O SANEAR BG já está transformando o saneamento na Região Hidrográfica V.

Com a implantação de sistemas de esgotamento sanitário em áreas não atendidas pela concessão do serviço, o CBH Baía de Guanabara contribui para evitar que cerca de **10 milhões de litros de esgoto por dia** cheguem aos rios da região.

Saneamento que protege os rios, melhora a qualidade das águas e leva mais saúde e qualidade de vida para a população.

REALIZAÇÃO:



FUNDRHI

AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE
GOV RJ

inea

AGEVAP

Conheça
o CBH-BG
através
do QR-code





CBH
**BAÍA DE
GUANABARA**
Comitê de Defesa da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara
e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá

**21 anos, de gestão
participativa das nossas águas.**



Caros leitores,

Nesta quarta edição da revista “O Guanabara” falaremos sobre os avanços, desafios e resultados do biênio 2024-2026. Vamos apresentar um panorama das principais iniciativas desenvolvidas neste período, como a criação dos Planos de Manejo de Unidades de Conservação, o Plano de Gerenciamento de Risco, as ações de Educação Ambiental, o Enquadramento dos Corpos Hídricos e o programa Sanear BG, que está em sua segunda fase, levando coleta e tratamento de esgoto para áreas periurbanas e rurais da nossa Região Hidrográfica V.

Vamos falar de pioneirismo na preservação dos recursos hídricos, celebrando os 21 anos de criação do Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá, trazendo depoimentos de quem faz parte dessa história. Dando destaque para o que é bacia hidrográfica e a sua importância como unidade territorial ideal para o planejamento ambiental e a gestão dos recursos hídricos.

Você já ouviu falar em Economia Azul? Este conceito vem ganhando cada vez mais relevância no Estado do Rio de Janeiro e busca conciliar a geração de renda, através de atividades como a pesca artesanal e o turismo de base comunitária, com a conservação dos ecossistemas relacionados à água.

As mudanças do clima já são uma realidade e os eventos climáticos extremos estão cada vez mais frequentes e intensos, colocando em risco populações e ecossistemas da região hidrográfica da Baía de Guanabara, atingindo, principalmente, as populações socioambientalmente vulnerabilizadas. Projeções indicam uma intensificação do fenômeno El Niño entre o segundo semestre deste ano e o início de 2027, o que pode provocar na região sudeste do Brasil um aumento das ondas de calor, com temperaturas acima da média,

além de períodos secos prolongados e chuvas intensas, provocando significativos impactos sociais, econômicos e ambientais.

Que a leitura das páginas a seguir possa proporcionar uma reflexão sobre a importância da preservação das bacias hidrográficas e do meio ambiente, sobretudo, em um cenário desafiador e de grandes transformações em nosso planeta.



Rejany Ferreira dos Santos

Diretora-presidente do CBH Baía de Guanabara
biênio 2024-2026



EXPEDIENTE

PUBLICAÇÃO DO COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA
DA BAÍA DE GUANABARA E SISTEMAS LAGUNARES
DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ
Rua da Quitanda, 185 – sala 402 – Centro, Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.091-005 | (21) 97374-3674 – (24) 3355-8389
www.comitebaiadeguanabara.org.br

Diretoria do Comitê: diretoria@comitebaiadeguanabara.org.br
Secretaria Executiva: comitebaiadeguanabara@gmail.com

Diretora-Presidente: *Rejany Ferreira dos Santos*
Diretora-Vice-Presidente: *Adriana de Lima Bocaiuva*
Diretora-Secretária: *Valéria Lima Marques de Sousa*
Diretora-Administrativa: *Liliane Lusten Prohmann*
Diretor-Técnico: *Elielson Teixeira da Silva*
Diretor de Comunicação: *Gustavo Mello de Souza Sardenberg*

Coordenação Técnica
Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP
CNPJ: 05.422.000/0001-01
Av. Luiz Dias Martins, 73, Lojas 14 e 15, Parque Ipiranga – Resende/RJ – CEP: 27520-005
(24) 3355-8389
www.agevap.org.br – agevap@agevap.org.br

Produção
Partners Comunicação Integrada
Av. do Contorno, 8289 – Lourdes, Belo Horizonte – MG, 30441-039
<https://partnerscom.com.br/>
Jornalista Responsável: *Carolina Souza*
Coordenação: *Carolina Souza*
Redação: *Eduardo Souza / Felipe Bueno / Raíza Tavares*
Projeto Gráfico: *Ana Souza*
Diagramação e Infografia: *Rodrigo Couto / Ana Souza*
Edição e Revisão: *Rodrigo Couto*
Fiscalização e Acompanhamento: *Gustavo Sardenberg*

Sumário

GESTÃO DAS ÁGUAS: DO PLANEJAMENTO À AÇÃO	8
PROJETOS EM AÇÃO: CIÊNCIA, SANEAMENTO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONSERVAÇÃO	12
SANEAR BG: CUIDANDO DA ÁGUA E DA SAÚDE DAS PESSOAS	18
CBH BAÍA DE GUANABARA 21 ANOS: A HISTÓRIA QUE CONSTRUÍMOS, O FUTURO QUE PROTEGEMOS	22
CBH BAÍA DE GUANABARA AVANÇA NA CONSOLIDAÇÃO DE SEUS INSTRUMENTOS DE GESTÃO E INVESTE EM RESILIÊNCIA CLIMÁTICA	26
SEIS TERRITÓRIOS, UMA SÓ BAÍA	30
ENTRE A MEMÓRIA E O FUTURO DAS ÁGUAS	43
ECONOMIA AZUL: UM NOVO OLHAR PARA A VOCAÇÃO DA BAÍA DE GUANABARA	49
PLANEJAMENTO AMBIENTAL: REGRAS DE PROTEÇÃO	58
PESCAR, CUIDAR E PRESERVAR	64



GESTÃO DAS ÁGUAS: DO PLANEJAMENTO À AÇÃO

Gestão 2024-2026 fortaleceu a governança das águas com investimentos em planejamento, saneamento, conservação ambiental e adaptação climática

VISTA DA BAÍA DE GUANABARA A PARTIR DE DUQUE DE CAXIAS - LUIZA BRAGANÇA, JF8

Cuidar da água é lidar com desafios que vão além dos rios. Envolve preparar cidades para eventos climáticos extremos, ampliar o acesso ao saneamento, produzir conhecimento científico, conservar ecossistemas e criar espaços de participação capazes de transformar diferentes interesses em decisões coletivas. Foi nesse cenário que o CBH Baía de Guanabara conduziu sua atuação entre 2024 e 2026, período marcado pelo fortalecimento da governança dos recursos hídricos na Região Hidrográfica V.

Com base na participação social, no planejamento e na aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, o Comitê ampliou e fortaleceu políticas públicas voltadas à segurança

hídrica em uma região que reúne a segunda maior área metropolitana do país e concentra alguns dos principais desafios ambientais do Estado do Rio de Janeiro.

A diretoria responsável por esse ciclo foi composta por Rejany Ferreira dos Santos, diretora-presidenta; Adriana de Lima Bocaiuva, diretora-vice-presidente; Valéria Lima Marques de Sousa, diretora-secretária; Liliane Lusten Prohmann, diretora-administrativa; Elielson Teixeira da Silva, diretor-técnico; e Gustavo Mello de Souza Sardenberg, diretor de Comunicação.

Entre as prioridades do biênio esteve a adaptação às mudanças climáticas. O aumento da frequência de secas severas, inundações e outros



Coleta de água no Canal de Ponta Negra, em Maricá, para o programa de Monitoramento Quali-quantitativo da Água

ACERVO CBH BAÍA DE GUANABARA, JF8

eventos hidrológicos extremos fez com que o Comitê direcionasse investimentos para ações preventivas e de planejamento. Nesse contexto, avançaram projetos voltados à elaboração de planos de drenagem urbana, ao mapeamento das vulnerabilidades dos municípios e à construção do Plano de Gerenciamento de Riscos, instrumentos que permitem identificar áreas mais suscetíveis aos impactos climáticos e orientar estratégias para reduzir danos à população e ao meio ambiente.

No território do Subcomitê de Itaipu-Piratininga, em Niterói, está prevista a destinação de R\$ 3 milhões para a elaboração de um Plano de Drenagem Urbana Sustentável. O avanço da proposta depende de um alinhamento técnico e político entre o colegiado e a gestão municipal. Na Bacia da Lagoa Rodrigo de Freitas, o contrato para a elaboração do Plano de Drenagem Urbana Sustentável foi assinado com o Consórcio Geasa-Acqua, vencedor da licitação, pelo valor de R\$ 1.410.104,93. Os trabalhos têm início previsto para setembro de 2026 e prazo de 15 meses para conclusão.

Também integram esse legado o Plano de

Gerenciamento de Riscos, que representa um investimento de R\$ 1.320.731,66 e abrange toda a Região Hidrográfica. A iniciativa busca estruturar estratégias para fortalecer a segurança hídrica e aprimorar a capacidade de prevenção e resposta diante de eventos críticos.

As iniciativas ganham ainda mais relevância diante das projeções de intensificação dos efeitos do El Niño nos próximos anos, reforçando a necessidade de municípios mais preparados para enfrentar cenários climáticos cada vez mais imprevisíveis.

DADOS QUE ORIENTAM A GESTÃO DAS ÁGUAS

Outra frente estratégica do Comitê foi o fortalecimento da produção de informações sobre a qualidade das águas da Região Hidrográfica V. Desde 2021, o projeto de Monitoramento Quali-quantitativo da Água realiza medições periódicas de vazão e análises laboratoriais em dezenas de pontos da bacia, gerando dados que subsidiam decisões técnicas e o planejamento da gestão dos recursos hídricos. Os investimentos destinados à iniciativa totalizam R\$ 1.817.583,02.

Esse trabalho foi ampliado por meio da parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), responsável pelo desenvolvimento de pesquisas sobre vírus entéricos, contaminantes emergentes, cianotoxinas, metais, nanopartículas e microplásticos. Os estudos contribuem para ampliar o conhecimento sobre a qualidade ambiental da região e apoiar medidas voltadas à proteção da saúde da população e dos ecossistemas aquáticos. A parceria com a Fiocruz recebeu investimento de R\$ 1.778.055,40.

As informações produzidas também servem de base para a definição de trechos prioritários para o futuro enquadramento dos corpos hídricos da Região Hidrográfica V. Esse instrumento estabelece metas de qualidade para rios, lagoas e demais cursos d'água de acordo com seus usos pela sociedade, e demandou R\$ 942.813,43 de recursos.

SANEAMENTO E CONSERVAÇÃO

Na área de saneamento, o Comitê manteve investimentos voltados à melhoria da infraestrutura dos



municípios e à redução das fontes de poluição dos recursos hídricos. Um dos destaques é o projeto Sanear BG, com R\$ 30 milhões investidos, e que leva soluções de tratamento de esgoto para comunidades periurbanas e rurais da região hidrográfica.

O Comitê apoiou a elaboração de projetos de sistemas de esgotamento sanitário em áreas estratégicas de Maricá, com investimento de R\$ 530 mil na contratação de empresa especializada para desenvolver Estudos e Projetos Básicos e Executivos de sistemas de esgotamento sanitário para as localidades rurais de Espirado, Vale da Figueira e Silvado. A iniciativa se soma ao avanço na contratação dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, instrumentos que orientam ações relacionadas ao abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, manejo de resíduos e drenagem urbana.

Também integram essa agenda iniciativas voltadas à recuperação ambiental de antigos vazadouros e lixões, contribuindo para reduzir a contaminação dos corpos hídricos e recuperar áreas degradadas.

A conservação dos ecossistemas permaneceu como outro eixo permanente da atuação do Comitê. Ao longo do biênio, foram desenvolvidos projetos para elaboração de planos de manejo de unidades de conservação municipais e estaduais, abrangendo áreas fundamentais para a proteção de nascentes, mananciais e ecossistemas costeiros.

Entre os trabalhos previstos estão iniciativas voltadas ao Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Sernambetiba e à Área de Proteção Ambiental do Sertão Carioca, com recurso de R\$ 420 mil, além da construção de um Plano de Infraestrutura Verde e Azul.

A estratégia ambiental também incorporou projetos de restauração ecossistêmica, agroecologia

e recuperação de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade e da qualidade da água, como o Projeto Cultivar.

Paralelamente aos investimentos técnicos, o Comitê buscou ampliar o diálogo com a sociedade. A comunicação institucional e as ações de educação ambiental passaram a ocupar papel ainda mais relevante como instrumentos para aproximar a população das discussões sobre gestão das águas.

Durante o período, foi lançado um edital para apoiar iniciativas de educação ambiental voltadas a estudantes, educadores, lideranças comunitárias, gestores públicos, organizações parceiras e à população em geral. A educação recebeu investimentos de R\$ 1.528.429,76, fortalecendo ações de diálogo e participação social voltadas à preservação dos recursos hídricos e à gestão sustentável das águas na Região Hidrográfica V.

Em 2026 o Comitê também participou de eventos como o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob), o Ecob e o Fórum Brasil das Águas, promovendo palestras, oficinas e atividades educativas voltadas ao uso consciente da água, à preservação dos ecossistemas e à responsabilidade compartilhada na gestão dos recursos hídricos.

O CBH Baía de Guanabara consolidou, entre 2024 e 2026, uma atuação voltada à resposta dos desafios atuais e à construção de bases para o futuro da gestão das águas na Região Hidrográfica V. O legado desse período está na criação de instrumentos, conhecimentos e políticas capazes de orientar as próximas gestões, fortalecendo uma governança hídrica cada vez mais integrada, participativa e preparada para enfrentar os desafios ambientais das próximas décadas.



PROJETOS EM AÇÃO: CIÊNCIA, SANEAMENTO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONSERVAÇÃO

Comitê avança em iniciativas que integram saneamento, conservação, gestão de riscos e educação ambiental na Região Hidrográfica V

Toda transformação nasce do planejamento, do conhecimento sobre o território e da capacidade de reunir diferentes atores em torno de um mesmo objetivo. Na Região Hidrográfica V, esse processo vem sendo conduzido pelo CBH Baía de Guanabara, que mantém em andamento um conjunto de iniciativas voltadas à proteção dos recursos hídricos e ao fortalecimento das políticas públicas para a gestão das águas.

Distribuídos por diferentes municípios, os projetos abrangem desde a produção de informações técnicas até ações de saneamento, preservação, educação ambiental e adaptação às mudanças climáticas. Embora atuem em frentes distintas, todos compartilham o propósito de oferecer instrumentos que permitam preservar rios,

lagoas e nascentes e ampliar a segurança hídrica da região hidrográfica.

Uma das iniciativas estratégicas é a elaboração do Plano de Gerenciamento de Riscos da Região Hidrográfica V. O trabalho identificou áreas vulneráveis aos impactos de eventos hidrológicos extremos, como enchentes, deslizamentos e períodos prolongados de estiagem, cuja frequência tem aumentado em decorrência das mudanças climáticas.

O projeto integra um conjunto mais amplo de ações voltadas ao planejamento urbano e ambiental. Entre elas estão os estudos sobre drenagem urbana, o mapeamento das vulnerabilidades dos municípios e a elaboração do Plano de Infraestrutura Verde e Azul, que propõe soluções baseadas na natureza para tornar as cidades mais resilientes.

Na Lagoa Rodrigo de Freitas, por exemplo, está prevista a elaboração de um Plano de Drenagem Urbana Sustentável. A iniciativa pretende reduzir os impactos provocados por alagamentos por meio de soluções que conciliem infraestrutura, preservação ambiental e integração dos corpos hídricos ao espaço urbano.

Outro projeto em andamento é o processo de enquadramento dos corpos hídricos da Região Hidrográfica V. A partir das informações produzidas pelo Monitoramento Quali-quantitativo da Água, o Comitê trabalha na definição dos trechos prioritários que futuramente receberão metas específicas de qualidade, considerando os diferentes usos previstos para rios, lagoas e demais cursos d'água.

O monitoramento, realizado desde 2021, fornece dados periódicos sobre vazão e qualidade da água em dezenas de pontos da região, criando uma base técnica que orienta decisões, investimentos e políticas públicas.

Esse conjunto de informações também vem sendo ampliado por pesquisas desenvolvidas em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que investigam a presença de vírus entéricos, contaminantes emergentes, cianotoxinas, metais, nanopartículas e microplásticos. Os estudos ajudam a compreender melhor a qualidade ambiental da bacia e fornecem subsídios para ações de proteção da saúde e dos ecossistemas.

Na área de saneamento, o projeto Sanear BG

O Enquadramento dos Corpos Hídricos em Classes de Uso é o processo que define metas de qualidade para diferentes trechos de rios, lagoas e outros corpos hídricos, considerando os usos atuais e futuros da água. Esse instrumento ajuda a transformar dados sobre a água em metas que podem orientar políticas públicas, investimentos e ações de recuperação.

representa uma das principais frentes de atuação do Comitê. A iniciativa leva sistemas de tratamento de esgoto a comunidades periurbanas e rurais da Região Hidrográfica V, contribuindo para reduzir a contaminação dos cursos d'água e ampliar o acesso a serviços essenciais.

Paralelamente, o Comitê apoia a elaboração de projetos de esgotamento sanitário em áreas estratégicas de Maricá e conduz a contratação dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Esses instrumentos auxiliam os municípios no planejamento de ações relacionadas ao abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana.

Também estão previstas iniciativas voltadas à recuperação ambiental de antigos vazadouros e lixões, reduzindo fontes de poluição que comprometem a qualidade dos recursos hídricos.

A conservação da biodiversidade constitui outro eixo importante dos projetos do Comitê. Atualmente, estão em elaboração planos de manejo para unidades de conservação municipais e estaduais, fundamentais para orientar o uso sustentável de áreas protegidas e fortalecer a preservação de nascentes, mananciais e ecossistemas costeiros.

Entre as áreas contempladas estão o Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Sernambetiba e a Área de Proteção Ambiental do Sertão Carioca, onde os estudos servirão de base para ações de conservação e gestão ambiental.

As iniciativas são complementadas por projetos de restauração ecossistêmica, agroecologia e recuperação de áreas prioritárias para a biodiversidade, como o Projeto Cultivar, que alia conservação ambiental e participação das comunidades locais. O Comitê lançou um edital para apoiar projetos de educação ambiental voltados a estudantes, educadores, lideranças comunitárias, gestores públicos, organizações parceiras e à população em geral.

Além disso, tem ampliado sua presença em eventos como o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob), o Ecob e o Fórum Brasil das Águas, promovendo oficinas, palestras e atividades educativas que estimulam o uso responsável da água e fortalecem a participação social na gestão dos recursos hídricos.

Os projetos em andamento revelam uma atuação integrada da ciência, planejamento, saneamento, conservação e educação ambiental. O CBH Baía de Guanabara vem estruturando instrumentos que apoiarão a gestão das águas da Região Hidrográfica V nos próximos anos, oferecendo bases técnicas e institucionais para enfrentar desafios ambientais cada vez mais complexos.

AGROFLORESTA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em Magé, na Baixada Fluminense, o Projeto Cultivar transforma a agroecologia em ferramenta de educação ambiental e conservação dos recursos hídricos. A iniciativa trabalha com agricultores na produção de alimentos, recuperação do solo e práticas de manejo que valorizam os conhecimentos locais.

Desenvolvido pelo Instituto Permacultura Lab, o projeto recebeu investimento de cerca de R\$ 130 mil do CBH Baía de Guanabara para a realização das ações de educação ambiental e implantação dos sistemas agroflorestais. O trabalho é estruturado em etapas que começam pelo diagnóstico das áreas e das experiências dos agricultores.

A gerente de projetos do Instituto Permacultura Lab, Ana Carolina Souza, destaca a relação entre educação ambiental, agroecologia e conservação

dos recursos naturais. “O projeto Cultivar é um projeto de educação ambiental, que trabalha a partir das práticas e dos saberes da agroecologia. Por meio da implementação de sistemas agroflorestais, buscamos promover a educação ambiental, as práticas agroecológicas e a difusão desses conhecimentos junto a três agricultores que fazem parte da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro.”

Sobre a metodologia adotada, Ana explica que o projeto começa pelo conhecimento da realidade de cada agricultor antes da implementação das ações. “A primeira etapa é o diagnóstico, quando conversamos e realizamos encontros com as iniciativas agroecológicas participantes. É nesse momento que conseguimos entender os desafios e as potencialidades de cada experiência e, a partir dessas conversas, definir um plano de manejo e um plano de ação. Depois, partimos para a implementação, com os mutirões e o manejo das áreas que vão receber os sistemas agroflorestais”, conta.

A etapa atual envolve mutirões para manejo e preparação das áreas, seguida de assistência técnica. O trabalho é realizado de forma participativa, considerando as características de cada local e as necessidades dos ecossistemas. Entre as práticas adotadas está o uso de bananeiras, que contribuem para manter a umidade do solo e são importantes em áreas sem sistemas de irrigação.

Além da produção de alimentos, o projeto busca fortalecer a autonomia das famílias agricultoras, com potencial para ampliar a segurança alimentar e a geração de renda. Em uma das áreas atendidas, o manejo das bananeiras prepara o terreno para novos cultivos, como mandioca e batata-doce, além da utilização de espécies que ajudam na cobertura e na fertilidade do solo.

Jandira Rocha de Oliveira é agricultora e uma das participantes do projeto Cultivar. Em sua propriedade, no município de Magé, ela já trabalha com sistemas agroflorestais, incluindo o cultivo de bananas, cacau, pupunha e açaí. Para ela, a iniciativa representa uma oportunidade de fortalecer a produção, melhorar a alimentação da família e ampliar a geração de renda.



“A importância desse projeto é trazer mais soberania para a gente, soberania alimentar e nutricional, e também geração de renda. Não é só o trabalho ou a agrofloresta que a gente desenvolve. Nós também realizamos a troca de conhecimentos, e é sempre um prazer enorme receber as pessoas aqui. A gente fala da nossa cultura, dos alimentos, dos modos de fazer e das coisas que vieram da minha mãe, do meu pai, da minha bisavó. Estou passando para frente aquilo que aprendi com meus ancestrais, e isso, para mim, é enriquecedor”, afirma Jandira Oliveira.

A conservação da água atravessa todas as etapas do projeto. O Cultivar aproxima produção agrícola e proteção ambiental ao estimular práticas agroecológicas, manejo adequado do solo e sistemas que favorecem a conservação da umidade. A iniciativa será concluída com um Fórum de Educação Ambiental, reunindo as experiências desenvolvidas ao longo do projeto e ampliando a troca de conhecimentos entre agricultores, parceiros e demais participantes.

DEFINIÇÃO DOS TRECHOS PRIORITÁRIOS PARA FUTURO ENQUADRAMENTO

Outro trabalho importante em andamento é a definição dos trechos prioritários que vão subsidiar o futuro enquadramento dos corpos hídricos da Região Hidrográfica V (RH V). O estudo funciona como uma espécie de diagnóstico detalhado das águas da região. E, a partir da análise dos usos, da qualidade da água e dos dados de monitoramento, prepara o caminho para a próxima etapa, o Enquadramento, que consiste em estabelecer, de forma participativa e técnica, quais padrões de qualidade devem ser alcançados em cada trecho.

O projeto está em execução e tem como objeto a definição dos trechos prioritários para subsidiar uma futura proposta de enquadramento dos corpos

hídricos da RH V. A empresa responsável é a Profill Engenharia e Ambiente. Conforme o acompanhamento mais recente, atualizado em 11 de agosto de 2026, o contrato apresenta cerca de 70% de execução física e 78,45% de execução financeira. O valor atual é de R\$ 942,8 mil, dos quais R\$ 739,7 mil já foram aplicados.

Para Carlos Bortoli, engenheiro civil e coordenador técnico dos projetos da Profill Engenharia e Ambiente, “o processo realizado até aqui foi fundamental para criar uma base sólida para a discussão do enquadramento. A gente aproveitou para trazer os conceitos e dedicamos atenção ao que está acontecendo em cada um dos trechos com o uso da água, a qualidade da água e os dados de monitoramento.”

Segundo ele, a próxima fase deverá retomar e aprofundar o diagnóstico, especialmente para identificar os usos atuais e aqueles que não aparecem nos registros oficiais, como pesca, recreação e

turismo ecológico. Na sequência, serão avaliados os usos pretendidos para o futuro e elaborados cenários por meio de modelagem da qualidade da água.

“A etapa central será a definição das metas de qualidade para cada trecho, em um processo de pactuação entre os diferentes setores envolvidos. É necessário pactuar qual é a meta de qualidade da água para cada trecho de corpo hídrico. Se não for alinhado com o setor de saneamento, por exemplo, que hoje é, sem sombra de dúvida, o que mais gera poluição na região toda, dificilmente vai sair do papel”, afirma Bortoli.

A proposta, segundo o engenheiro, precisa combinar ambição ambiental e viabilidade. A previsão apresentada é de que o processo de enquadramento seja desenvolvido ao longo de aproximadamente 24 meses, de forma concomitante nos seis Subcomitês da RH V. A definição dos trechos prioritários representa uma

Você sabia?

As bananeiras também ajudam a conservar a água. No Projeto Cultivar, as bananeiras são utilizadas no manejo das áreas porque ajudam a manter a umidade do solo, uma estratégia especialmente importante em locais que não contam com sistemas de irrigação.

preparação importante para essa próxima etapa, ao reunir informações técnicas e ampliar a base de conhecimento necessária para uma discussão que deverá envolver diferentes usuários e setores da região.

Oficina de Retorno Técnico de Definição dos Trechos Prioritários, em Maricá - Eduardo Souza





Biodigestor instalado em quintal de residência no município de Itaboraí - Acervo

SANEAR BG: CUIDANDO DA ÁGUA E DA SAÚDE DAS PESSOAS

Quando se fala da qualidade da água da Baía de Guanabara, é importante lembrar que a preocupação deve começar pelas dezenas de cursos hídricos que abastecem a baía. Porque é através deles que a maior parte da poluição chega até o grande espelho d'água emoldurado por municípios da região metropolitana. E se a principal fonte de contaminação é o esgoto, a solução começa com a coleta e o tratamento antes que ele chegue aos rios.

Com o leilão que concedeu à iniciativa privada a prestação dos serviços de água e esgoto em diversas regiões do estado do Rio de Janeiro, áreas com alta densidade urbana foram priorizadas no processo de expansão da rede de esgotamento, ficando de fora localidades rurais e periurbanas, que são aquelas entre o espaço urbano e o rural.

Em um esforço para preencher esta lacuna no saneamento da Região Hidrográfica V, o CBH Baía de Guanabara criou em 2023 o programa Sanear BG, que financia a instalação de módulos

biodigestores residenciais nas áreas em situação de vulnerabilidade ambiental. Com um investimento aproximado de 30 milhões de reais, a previsão é que sejam instaladas cerca de 3100 soluções unifamiliares até o fim de 2026. Já foram contempladas localidades em Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Tanguá, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro.

O biodigestor é uma câmara para onde são direcionados os resíduos do vaso sanitário. Por meio de um processo chamado biodigestão anaeróbia, microorganismos reduzem drasticamente a carga de coliformes fecais, transformando o esgoto em água, que é descartada sem poluir o meio ambiente, e lodo estabilizado, para ser transferido a um leito de secagem instalado ao lado do biodigestor. Além de impedir a contaminação de cursos d'água e do solo com esgoto, a instalação dos biodigestores pode evitar doenças graves como disenteria, salmonelose, esquistossomose, hepatite, leptospirose e cólera.





Erli Machado Tavares em conversa com o educador ambiental Antônio Coelho – Eduardo Souza

Moradora do bairro Sambaitiba, em Itaboraí, Erli Machado Tavares teve um biodigestor instalado em seu quintal há cerca de um ano e está satisfeita com os benefícios alcançados.

Agora está bem melhor, porque antes tinha vala com muito mau cheiro ali nos fundos. Era o esgoto da minha casa e das casas dos vizinhos. Então ficava tudo acumulado. Então foi bom pra mim e para todos que moram por aqui.

Quem também compreendeu que o programa Sanear BG seria bom para toda a vizinhança foi o José Valdir, de Agro Brasil, em Cachoeiras de Macacu. Quando conheceu a iniciativa do CBH Baía de Guanabara, ele não apenas aceitou que um biodigestor fosse instalado em seu quintal,

como fez questão de acompanhar a equipe do programa nas abordagens aos vizinhos, para ajudar a convencê-los a aderir ao programa também.

As pessoas aqui ficaram desconfiadas, não queriam aceitar o biodigestor. Mas como eu pesquisei e vi que era uma coisa boa, eu fui atrás de cada um deles para falar que era importante deixar instalar. Aqui na vizinhança já foram colocados 12 biodigestores. Nós ficamos muito felizes em poder contar com esse sistema que vai nos beneficiar tanto.

Para ajudar a sensibilizar a população sobre os benefícios do biodigestor, o Programa Sanear BG conta com a equipe de Educação Ambiental do CBH Baía de Guanabara, que promove a mobilização social antes, durante e após a instalação dos biodigestores.

José Valdir ao lado do biodigestor instalado – Eduardo Souza



Biodigestor instalado em quintal de residência no município de Itaboraí – Acervo

O Comitê entende que a realização contínua de ações de educação ambiental contribui para uma maior adesão ao programa e também para uma sensibilização mais efetiva das comunidades”, destaca Antônio Coelho, Educador Ambiental do CBH Baía de Guanabara.

Para apoiar as ações de mobilização, membros do comitê, educadores ambientais e a equipe de Comunicação do CBH Baía de Guanabara desenvolveram uma cartilha que apresenta o programa Sanear BG e explica os benefícios do biodigestor e como fazer a manutenção adequada.

Por meio da instalação dos biodigestores, o CBH Baía de Guanabara tem investido para aumentar a qualidade da água na Região Hidrográfica V, protegendo a sua biodiversidade e melhorando as condições de vida e saúde da sua população.

CBH Baía de Guanabara 21 anos:

a história que construímos, o futuro que protegemos

Não há quem não se encante pela paisagem da Baía de Guanabara. Sua beleza é tão grande que a transformou em um dos maiores símbolos não apenas do Rio de Janeiro, mas do Brasil. Por outro lado, os desafios sociais, ambientais e econômicos são igualmente significativos. Rejany Ferreira dos Santos, presidente do CBH Baía de Guanabara, defende que só conhece a realidade deste lugar, quem vê além daquilo que aparece no cartão postal.

Para entender os desafios da Baía de Guanabara, é preciso dar as costas para o espelho d'água e olhar para a sua região hidrográfica. O maior problema é o esgoto não tratado que é lançado nos rios que deságuam na baía. A maior parte da população do estado mora nesta região. Então é muito esgoto sendo lançado nos rios que chegam até aqui. Só vamos resolver a poluição da Baía de Guanabara, se ampliarmos o saneamento na sua região hidrográfica", afirma.

E esse problema não é de hoje. A defesa do meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro começa com a luta pela despoluição da Baía de Guanabara na década de 1970, quando ambientalistas começaram a protestar, em Niterói, contra os efluentes lançados pelas fábricas de sardinha. Nesta mesma época outra grande preocupação era o impacto ambiental provocado pelo avanço da urbanização no município. Um grande empreendimento imobiliário na região da Lagoa de Itaipu promoveria abertura permanente do canal para permitir a passagem de iates, o que levaria à diminuição do espelho d'água da lagoa.

Canal de Itaipu, Niterói - Diego Miranda



Ambientalistas liderados por Marcelo de Ipanema protocolaram na justiça a primeira ação civil pública do país. Desde aquela época tínhamos o processo de urbanização desenfreada sem uma infraestrutura adequada. E décadas depois, já na virada do século, nasceram os Conselhos Gestores Lagunares, um embrião do CBH Baía de Guanabara, pois neste ambiente se materializou a proposta de sentar ao redor de uma mesa o poder público, os pescadores e a sociedade civil organizada."

lembra Alexandre Braga, um dos fundadores do CBH Baía de Guanabara e membro do Clip, como é chamado o Subcomitê Lagoas de Itaipu e Piratininga.

LUGARES DIFERENTES, UM MESMO PROBLEMA

A ocupação desordenada também era uma preocupação do outro lado da Baía de Guanabara, no sistema lagunar de Jacarepaguá.

Eu comecei a ver o descontrole do uso do solo às margens das lagoas e junto com outras pessoas que tinham a mesma preocupação, nós criamos a primeira instituição que defendia as lagoas da baixada de Jacarepaguá, a Ecomarapendi."

recorda Vera Chevalier, membro dos Subcomitês Jacarepaguá e Lagoa Rodrigo de Freitas.

Em 1999, o Rio de Janeiro aprovou a sua Política Estadual de Recursos Hídricos, um importante marco da proteção ambiental. Nela é definida a figura do comitê de bacia como a base de uma

gestão descentralizada e participativa das águas no estado. Nesse contexto, outros avanços acontecem, como destaca Adriana Bocaiúva, vice-presidente do CBH Baía de Guanabara.

// **Participantes dos movimentos ambientalistas passaram a integrar a equipe técnica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Esse grupo criou as Regiões Hidrográficas do estado e como deveria ser a configuração territorial dessa gestão descentralizada e integrada no Rio de Janeiro.**

O território compreendido pela Baía de Guanabara e seu entorno ficou definido como Região Hidrográfica V.

Na virada do século, um momento emblemático: o Abraço à Lagoa Rodrigo de Freitas. Um grande protesto contra a poluição das águas no Rio de Janeiro, que impactou a sociedade. A partir disso surge o Conselho Gestor das Águas da Lagoa Rodrigo de Freitas e das Praias da Zona Sul do Rio de Janeiro.

A GRANDE TRAGÉDIA NA BAÍA DE GUANABARA

Ainda em 2000, um oleoduto que liga a Refinaria Duque de Caxias ao Terminal da Ilha d'Água, na Ilha do Governador, se rompeu, provocando o vazamento de aproximadamente 1,3 milhão de litros de óleo combustível. O produto se espalhou por 40 km², matando animais, destruindo manguezais e invadindo a Área de Proteção Ambiental de Guapimirim. Essa grande tragédia leva à criação do Conselho Gestor da Baía de Guanabara, uma instância maior, para acompanhar o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara criado pelo estado e promover a recuperação ambiental dos ecossistemas da região.

Por iniciativa da sociedade civil, do poder público e de empresas usuárias da água, no ano seguinte foram criadas a Comissão Pró-Comitê do Leste da Guanabara e a Comissão Pró-Comitê do Oeste da Guanabara. Nos anos seguintes, a atuação das duas comissões, que promoveram conferências e debates sobre a gestão hídrica, resultou na fundação do Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá, por meio do Decreto Estadual 38.260, de 16 de setembro de 2005.

A Leste e a Oeste da Baía de Guanabara, as articulações continuaram para que mais atores participassem da gestão dos recursos hídricos. Elielson Teixeira, diretor-técnico do CBH Baía de Guanabara, acompanhou as discussões no Leste.

// **Houve uma mobilização na época, porque existia uma grande preocupação com o abastecimento de água e a segurança hídrica. Mas a gente entendia que a discussão tinha que ir além dos municípios do Leste. Era preciso ampliar o debate sobre a gestão dos recursos hídricos.**

Em 2011, uma Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos estruturou o CBH Baía de Guanabara em seis subcomitês: Trecho Oeste, Trecho Leste, Sistema Lagunar de Maricá-Guarapina, Sistema Lagunar Itaipu-Piratininga, Sistema Lagunar da Lagoa Rodrigo de Freitas e Sistema Lagunar de Jacarepaguá.

O CBH Baía de Guanabara é atualmente o maior do estado em importância socioeconômica. A Região Hidrográfica V abrange 17 municípios e possui quase 10 milhões de habitantes, cerca de 52% da população do Estado. Além disso, responde por aproximadamente 70% do PIB fluminense. Aqui também estão 158 unidades de conservação protegidas.

CONSTRUINDO A GESTÃO PARTICIPATIVA DAS ÁGUAS

Desde a sua criação, o CBH Baía de Guanabara vem atuando de forma cada vez mais madura, articulada e com um importante capital social.

// **A gente vai percebendo, com o passar dos anos, que precisamos fazer muita articulação política, para convencer os órgãos ambientais, para convencer as prefeituras, para fazer acontecer essa função precípua do comitê, que é a cidadania pelas águas se sobrepor, ressalta José Miguel, membro do Subcomitê Oeste.**

A implementação das ações previstas nos instrumentos de gestão exige articulação permanente entre o Comitê, os Municípios, os órgãos estaduais, os usuários da água e a sociedade civil. A cooperação institucional é essencial para compatibilizar as prioridades da bacia hidrográfica com as competências legais de cada ente.

Inicialmente, o colegiado foi um espaço dedicado exclusivamente à articulação entre sociedade civil, poder público e instituições usuárias da água. Hoje, com a cobrança pelo uso da água e o contrato de gestão com a Agevap, além de desempenhar um trabalho de cooperação institucional e promover importantes discussões para a implementação de políticas públicas, o CBH Baía de Guanabara também se tornou um grande financiador de soluções estratégicas para proteger ecossistemas e garantir água em qualidade e quantidade para sua população. Entre estas iniciativas, destacam-se a atualização do Plano de Bacia, a criação de diretrizes para ações de Educação Ambiental, a realização do Monitoramento Qualiquantitativo da água, a elaboração de Planos de Manejo para Unidades de Conservação, o desenvolvimento do Programa Sanear BG, a Definição e Avaliação dos Trechos Prioritários para a revisão do Enquadramento de Corpos Hídricos, a criação dos Planos Municipais de Saneamento Básico, dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a elaboração dos Planos de Drenagem

Sustentável para os subcomitês Lagoa de Itaipu e Lagoa Rodrigo de Freitas, que preveem a utilização de Soluções Baseadas na Natureza; a discussão de espaços prioritários à restauração ecológica nas áreas mais urbanizadas, e do Plano de Gerenciamento de Riscos, fruto da visão inovadora do CBH Baía de Guanabara de dar a devida importância aos dados referentes às mudanças do clima, para fortalecer a segurança hídrica e promover a adaptação climática da Região Hidrográfica V.

Os sinais de recuperação da Baía de Guanabara e de outros corpos hídricos da Região Hidrográfica V nestes 21 anos merecem ser celebrados por todos, afinal, são resultado de uma união de esforços de diversas instituições, de companheiros que não estão mais aqui, a quem rendemos homenagens, e de quem continua na luta. É um trabalho coletivo de valorização de diferentes saberes, com ciência e participação social em defesa das nossas águas.

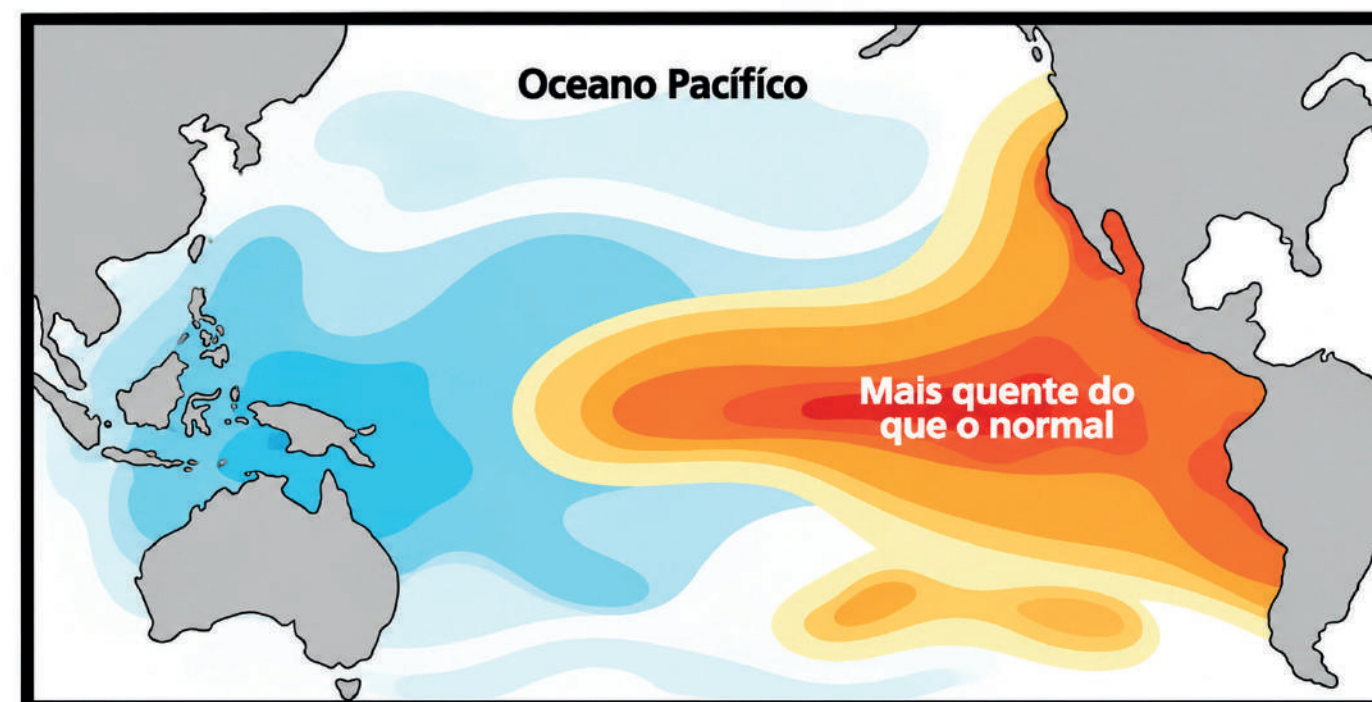


CBH Baía de Guanabara avança na consolidação de seus instrumentos de gestão e investe em resiliência climática

A Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá, a RH-V, é uma área de alta complexidade socioambiental e econômica. Com um território superior a 4.800 km², abrange total ou parcialmente 17 municípios e abriga mais de 52% da população do Estado do Rio de Janeiro. Nesta região, boa parte dos habitantes convive com um alto risco para deslizamentos e alagamentos devido à ocupação urbana adensada em áreas de encosta e planícies baixas.

Em uma conjuntura como a da RH-V, o

planejamento proativo para prevenir e/ou reduzir impactos é uma necessidade, sobretudo, pelo contexto de mudanças climáticas que vivenciamos, no qual eventos hidrológicos estão cada vez mais intensos e frequentes. Entre o segundo semestre deste ano e o início de 2027, ocorre uma intensificação do fenômeno El Niño, o que pode provocar no Brasil um aumento das ondas de calor, com temperaturas acima da média, além de períodos secos prolongados em algumas regiões, e chuvas intensas em outras, trazendo significativos impactos sociais, econômicos e ambientais.



O Super El Niño

El Niño é um fenômeno climático que acontece quando ocorre um aquecimento na superfície do mar na região do Oceano Pacífico equatorial. A Administração Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos (NOAA, em inglês) afirma que o El Niño de 2026/2027 pode ser o mais forte em quase 150 anos. Segundo agência climática norte-americana, a chance do fenômeno atingir uma intensidade muito forte nos próximos meses é de 95%. O aumento médio da temperatura da superfície do oceano Pacífico equatorial, que costuma variar de 1°C a 2°C em um El Niño típico, pode superar 3°C nos próximos meses.



PLANEJANDO RESPOSTAS AOS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Ciente deste cenário desafiador, o CBH Baía de Guanabara apresentou em setembro o seu Plano de Gerenciamento de Riscos, que tem como principal objetivo fortalecer a segurança hídrica e promover a adaptação climática da RH-V. A decisão de trabalhar com dados sobre as mudanças do clima reflete uma inovação do comitê, como destaca a vice-presidente, Adriana Bocaiuva.



Ao longo dos últimos anos fizemos investimentos importantes na revisão do Plano de Bacia, em que demos a devida importância aos dados relacionados às mudanças climáticas para a gestão de recursos hídricos, o que é um diferencial em relação a outros comitês de todo o país. Nós fomos pioneiros nessa estratégia, que é um avanço muito importante, uma conquista coletiva e um esforço para termos uma gestão adequada aos desafios impostos pela crise climática.

O Plano de Gerenciamento de Riscos começou a ser elaborado em fevereiro de 2025 por uma equipe de especialistas contratados pela Agevap, entidade delegatária das funções de agência de bacia do Comitê. Ele contém diretrizes para impedir ou mitigar impactos de eventos como enchentes, estiagens, deslizamentos, contaminação de mananciais, rompimento de barragens e intrusão salina. Por meio de uma análise quali-quantitativa foi possível identificar e classificar os riscos a partir da probabilidade de ocorrência e do tamanho de seus possíveis impactos sociais, econômicos e ambientais. A partir dos resultados, foram definidas ações de curto, médio e longo prazos, além de fluxos de atuação e responsabilidades para os diferentes atores envolvidos na gestão dos recursos hídricos.

O Plano de Gerenciamento de Riscos é um

instrumento que integra informações técnicas, define protocolos de atuação e orienta ações coordenadas entre diferentes instituições, contribuindo para a proteção dos recursos hídricos, dos ecossistemas e das populações que são ambientalmente vulneráveis a eventos críticos.

ENQUADRAMENTO DE CORPOS HÍDRICOS

Também em agosto, foram apresentados os resultados do processo de Definição dos Trechos Prioritários, que vão subsidiar a elaboração de uma futura proposta de revisão do Enquadramento de Corpos Hídricos na Região Hidrográfica V. Nas Oficinas de Retorno Técnico, foram apresentadas análises de trechos de rios anteriormente selecionados ao longo do processo.

Ao lado da Outorga de Direito de Uso, da Cobrança pelo Uso da Água e do Sistema de Informações, o Enquadramento é um dos principais instrumentos de gestão, definidos pelas políticas estadual e nacional de recursos hídricos, e estabelece o nível de qualidade dos corpos hídricos a ser alcançado ou mantido ao longo do tempo, de acordo com usos prioritários a que forem destinados. A revisão do enquadramento na RH-V vai apontar para o CBH Baía de Guanabara os investimentos e esforços necessários para entregar à sociedade os usos, que serão discutidos e consensuados.

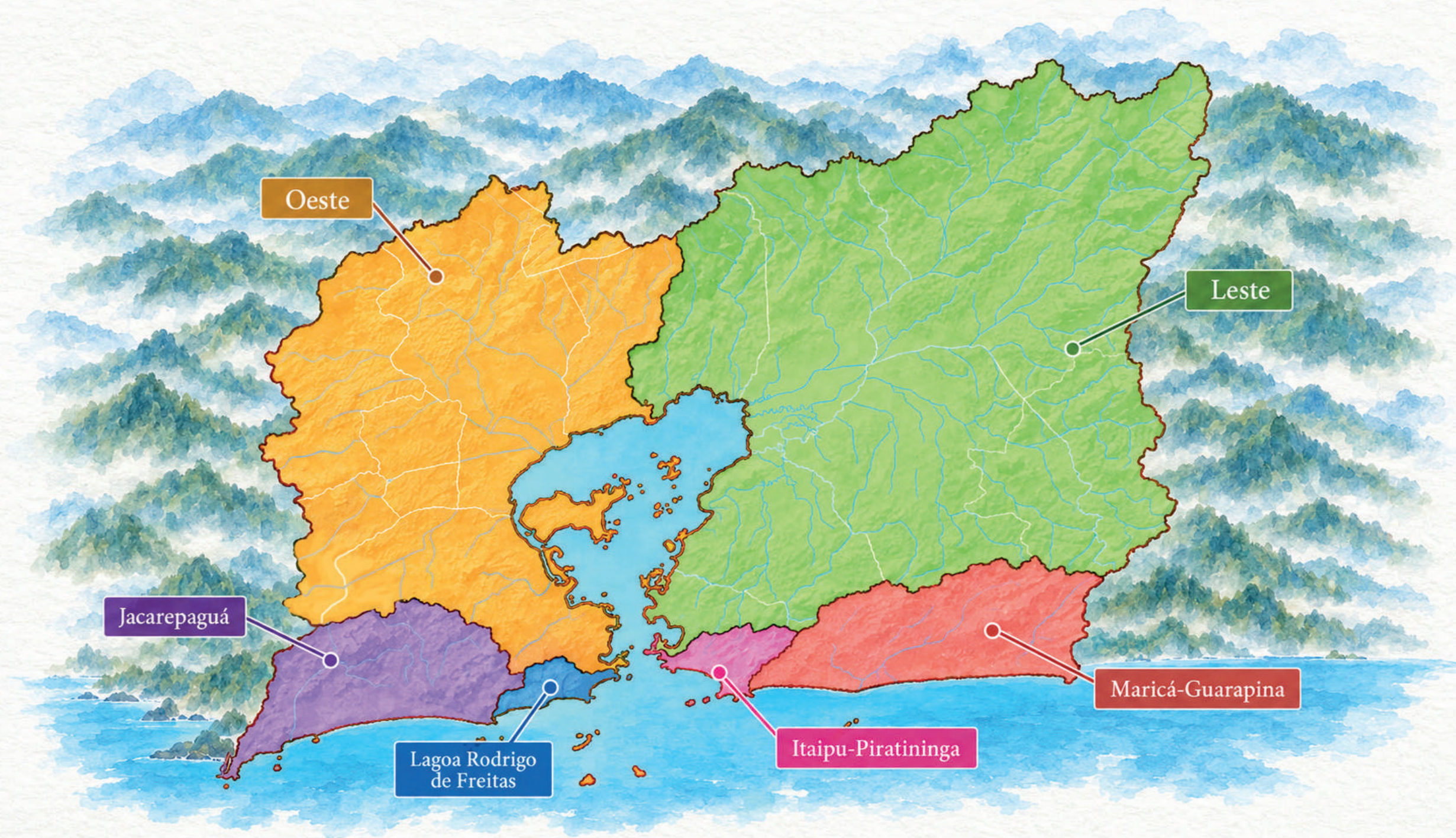
Outra importante decisão do colegiado em relação aos Instrumentos de Gestão, é a revisão da metodologia da cobrança pelo uso da água,

que desde a criação do comitê ainda não havia sido discutida. Os investimentos na melhoria da qualidade da água, que devem ser feitos a partir do enquadramento, dependem de uma cobrança feita de forma adequada e aderente ao que está planejado em termos de gestão de recursos hídricos.

Ao avançar com a consolidação de seus instrumentos de gestão, o CBH Baía de Guanabara investe para que a RH-V tenha água de qualidade para os seus cerca de 10 milhões de habitantes, e esteja preparada para os desafios de hoje e dos próximos anos.



Reunião de apresentação do Plano de Gerenciamento de Riscos da RH-V



Seis territórios, uma só Baía

Conheça os subcomitês que aproximam a gestão das águas das diferentes realidades da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara

Olhar para a Baía de Guanabara é também olhar para uma extensa rede de rios, lagoas, canais e sistemas lagunares que atravessa territórios com características e desafios muito diferentes. Problemas de saneamento, segurança hídrica, drenagem urbana, qualidade da água e recuperação de ecossistemas assumem contornos próprios em cada região, mas estão conectados por uma mesma bacia e pelo caminho das águas.

É justamente para aproximar a gestão dessas diferentes realidades que atuam os seis subcomitês do CBH Baía de Guanabara: Oeste, Leste, Jacarepaguá, Lagoa Rodrigo de Freitas, Lagoas de Itaipu e Piratininga e Maricá-Guarapina. Formados dentro da estrutura do Comitê, esses espaços permitem que questões locais sejam discutidas mais de perto, reunindo diferentes atores em torno dos desafios e das possibilidades de cada território.

As ações desenvolvidas nos seis territórios ajudam a revelar a diversidade desse trabalho. São diferentes frentes de atuação que partem de uma mesma ideia: cuidar da Baía também significa olhar para cada território que se conecta a ela.

SUBCOMITÊ LAGOA RODRIGO DE FREITAS

UMA RECUPERAÇÃO CONSTRUÍDA AO LONGO DE 26 ANOS

Em março de 2000, cerca de 10 mil pessoas participaram de um grande abraço à Lagoa Rodrigo de Freitas para chamar a atenção do poder público para a recuperação daquele ecossistema, então marcado pela poluição e por frequentes mortandades de peixes. A mobilização, que contou com nomes como Gilberto Gil, Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis, garantiu a criação do Comitê Gestor da Lagoa Rodrigo de Freitas em março de 2000. O Comitê inaugura a governança institucional prevista na Lei 3239 de 1999, que criou a Política

**R\$6
MILHÕES
EM INVESTIMENTOS
DELIBERADOS PELO
CBH-BG**



Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro, sendo o primeiro colegiado criado a partir da nova gestão hídrica fluminense com representantes dos segmentos do poder público, dos usuários e da sociedade civil. Com a criação do CBH Baía de Guanabara, em 2005, as atividades do Comitê Gestor foram incorporadas ao novo colegiado. Desde então, uma série de investimentos em saneamento e regeneração ambiental tem garantido a melhoria da qualidade das águas e dos ecossistemas associados à Lagoa. Nesse sentido, destacamos os investimentos deliberados pelo CBH Baía de Guanabara, na ordem de 6 milhões de reais, para projetos relacionados à drenagem sustentável, à reforma da Comporta da General Garzon e à adaptação climática da região.

Um marco importante para compreender essa transformação está no histórico dos registros

sobre mortandade de peixes na Lagoa Rodrigo de Freitas. Observamos uma melhora consistente da qualidade da água nas últimas décadas. Em 2000, por exemplo, foram registradas até 140 toneladas de peixes mortos. Desde então, os episódios de proliferação excessiva de cianobactérias e outros organismos do fitoplâncton se tornaram menos frequentes, e os níveis de oxigênio na água apresentaram melhora. O último evento de mortandade de peixes foi registrado em fevereiro de 2019. Desde então, embora ainda ocorram episódios de floração, não há registros de novas mortandades de peixes.

Dados do monitoramento superficial das águas da Lagoa Rodrigo de Freitas demonstram a predominância da Classe 1, considerando aspectos como níveis de oxigênio, nutrientes, acidez e presença

de bactérias. A Prefeitura do Rio também mantém o acompanhamento da Lagoa em diferentes pontos e profundidades.

Essa tendência demonstra avanços no processo de recuperação ambiental da Lagoa, associados ao fortalecimento das ações de monitoramento e de gestão integrada do ecossistema. Nesse contexto, o Subcomitê da Lagoa Rodrigo de Freitas tem contribuído para a articulação entre diferentes instituições e para o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria da qualidade da água. Embora os desafios ambientais ainda persistam, a redução da frequência desses eventos representa um importante indicador da evolução das estratégias de gestão e recuperação desse ecossistema.



SUBCOMITÊ JACAREPAGUÁ

DRAGAGEM AVANÇA SOB O OLHAR ATENTO DO SUBCOMITÊ

Uma das maiores intervenções em curso no sistema lagunar da Barra e de Jacarepaguá está também no centro das atenções do Subcomitê Jacarepaguá. Iniciada em 2024 pela Iguá Rio, a dragagem percorre as lagoas da Tijuca, Camorim e Jacarepaguá, além dos canais da Joatinga e Marapendi, com o objetivo de retirar sedimentos acumulados ao longo de décadas, recuperar os espelhos d'água e ampliar a troca hídrica com o mar. Em agosto de 2026, a concessionária informava que a obra havia alcançado 46,5% de execução. Até então, 16.670 batelões carregados de sedimentos haviam sido remanejados para as cavas existentes no complexo lagunar, enquanto 352,7 toneladas de resíduos sólidos receberam destinação adequada. A intervenção é acompanhada por outras frentes de recuperação

46,5%
DE EXECUÇÃO
16.670
BATELÕES
352,70
TONELADAS



A chuva
faz parte
do ciclo natural.



**Soluções
no ambiente
urbano**

ajudam a reter
e absorver a água
da chuva, como
jardins de chuva,
pavimentos permeáveis
e áreas verdes.



**Menor
pressão
sobre rios
e lagoas,**
contribuindo para
cidades mais resilientes
e sustentáveis.

permanecido, em geral, acima de 5 mg/L. Levantamentos da ictiofauna também indicaram aumento da abundância de peixes entre 2024 e 2025, com registros de espécies como tainha, robalo, xaréu, carapeba e bagre.

Para o Subcomitê Jacarepaguá, porém, uma intervenção dessa dimensão exige acompanhamento permanente. O colegiado vem buscando informações e atualizações sobre a execução e os efeitos da dragagem, atento não apenas aos avanços anunciados, mas também a aspectos como a qualidade da água, as florações de algas potencialmente nocivas, a destinação e o comportamento dos sedimentos retirados e os possíveis impactos sobre outras áreas do sistema costeiro.

O acompanhamento reforça uma das funções do Subcomitê, criado em 2011 e formado por representantes do poder público, usuários da água e sociedade civil: promover o debate e contribuir para a gestão sustentável das águas em um território historicamente pressionado pela urbanização, pelo lançamento de esgoto e resíduos e pelo assoreamento de rios e lagoas. Em Jacarepaguá, portanto, a dragagem representa não apenas uma obra a ser observada, mas uma oportunidade de avaliar, a partir de indicadores ambientais, como o complexo lagunar responde às intervenções realizadas para sua recuperação.

ambiental, como o reflorestamento de áreas de manguezal.

Os primeiros resultados divulgados pela Iguá apontam mudanças em alguns indicadores ambientais. Na Lagoa da Tijuca, por exemplo, o monitoramento realizado durante a obra registrou, desde janeiro de 2026, menor variação nas concentrações de oxigênio dissolvido, que têm

SUBCOMITÊ LAGOAS DE ITAIPU E PIRATININGA

OS DESAFIOS PARA A PROTEÇÃO DOS CORPOS HÍDRICOS NA REGIÃO OCEÂNICA DE NITERÓI

A Bacia Hidrográfica de Itaipu e Piratininga vivencia um contexto delicado, com grandes desafios. O primeiro é o passivo crônico de saneamento, que sufoca seus ecossistemas em um processo de eutrofização permanente das lagoas, devido à grande carga de esgoto que ainda chega pelos rios e córregos. Dados de monitoramento do CBH Baía de Guanabara e do relatório do GT Licenciamento ETE Itaipu apontam que uma carga contínua de fósforo e nitrogênio é lançada diariamente no Córrego dos Colibris pela estação, o que agrava a situação. Também é notável a grande quantidade de resíduos carreados pelos rios que chegam ao sistema lagunar, e a ocupação urbana em áreas úmidas no entorno das lagoas, além da insistência do poder público em canalizar os rios em manilhas de concreto.

Para mudar a realidade dos corpos hídricos da região, o Clip defende a necessidade urgente de um Plano Integrado de Drenagem Urbana Sustentável e Infraestrutura Verde, com base técnica e científica

O que são as Soluções Baseadas na Natureza?

São intervenções que simulam processos naturais para fazer com que parte da água da chuva seja retida, absorvida ou armazenada antes de chegar aos rios e lagoas. É o princípio das chamadas “cidades-esponja”: em vez de simplesmente conduzir a água rapidamente para os cursos d’água, o ambiente urbano usa espaço para reduzir a pressão sobre a rede de drenagem.

sólidas, estruturada em modelagens hidrológicas e SIG, que projete de forma estratégica e a longo prazo os impactos da elevação do nível do mar e de eventos extremos. Esse planejamento deve apontar com clareza onde estão as áreas de recarga, onde é imperativo renaturalizar os cursos d’água, onde instalar ecobarreiras permanentes e caixas de retenção de lixo, e onde implantar Soluções Baseadas na Natureza, como jardins de chuva, bacias de retenção e alagados construídos.

Estas intervenções se mostram mais eficientes do que as soluções de macrodrenagem convencionais, sobretudo, quando ocorrem marés meteorológicas, ressacas ou chuvas intensas, em que o nível das lagoas sobe e a água retorna pelos bueiros, inundando as casas de quem vive nas cotas baixas. É preciso lembrar que os eventos hidrológicos extremos estão cada vez mais frequentes, devido às mudanças climáticas.

O Comitê entende que temas como drenagem,

saneamento, uso do solo e conservação devem ser trabalhados de forma integrada, com planejamento de ações feito em conjunto pelo poder público, sociedade civil e usuários da água. Isso garante um investimento adequado dos recursos públicos para a melhoria da qualidade da água nos corpos hídricos. Proteger a lagoa e garantir a segurança climática dos moradores da Região Oceânica exige ciência e integração.





Canal do Fundão e Favela da Maré - Diego Miranda

SUBCOMITÊ OESTE

CHORUME NO RADAR

Mesmo depois que um lixão deixa de receber resíduos, o problema não necessariamente termina. Sob a camada de terra, a decomposição do material depositado ao longo dos anos continua gerando chorume, um líquido de composição complexa que, sem coleta e tratamento adequados, pode contaminar o solo e chegar a rios e outros corpos d'água.

Na Região Hidrográfica da Baía de Guanabara, o tema ganhou espaço permanente na agenda do Comitê. Criado em 2018, o **GT Chorume** reúne representantes de diferentes territórios para acompanhar a destinação desse efluente, produzir conhecimento sobre o problema e discutir caminhos para reduzir seus impactos sobre os recursos hídricos.

Embora seja um grupo de trabalho do CBH Baía de Guanabara, e não exclusivamente do Subcomitê Oeste, boa parte de seus integrantes vem desse território.

A explicação está no próprio mapa dos problemas: é na porção Oeste que se concentram alguns dos passivos mais representativos acompanhados pelo grupo, entre eles áreas relacionadas a Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, e Bongaba, em Magé.



Ao longo de sua trajetória, o GT foi a campo para conhecer diferentes situações de perto. Foram realizadas visitas técnicas a locais como Jardim Gramacho, Bongaba, Itaoca, Morro do Céu e Babi. O trabalho também envolveu reuniões e articulações com representantes do INEA, Ibama, ICMBio, Ministérios Públicos Estadual e Federal, pesquisadores e concessionárias de saneamento.

Um dos principais resultados desse percurso foi a construção de uma base técnica para sustentar a discussão. Desde a criação do grupo, foram reunidos estudos, experiências de campo e contribuições técnicas, jurídicas e institucionais, ampliando a compreensão sobre um problema diretamente relacionado à gestão de resíduos, ao saneamento e à qualidade da água.

Essa mobilização extrapolou as reuniões do Comitê. Uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro reuniu pesquisadores e representantes de instituições como Ministério do Meio Ambiente, Fiocruz e INEA para discutir o chorume e seus impactos. A partir desse movimento, o próprio órgão ambiental estadual criou um grupo específico para se debruçar sobre o tema.

O diálogo também alcançou os órgãos de controle. O Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (GAEMA), do Ministério Público, acompanhou diligências realizadas pelo GT e passou a participar de reuniões conjuntas e discussões relacionadas ao problema.

Depois de oito anos de atuação, a continuidade do acompanhamento aparece como um dos principais desdobramentos do trabalho. Entre os avanços de destaque está a perspectiva de manutenção do GT Chorume em caráter permanente, permitindo que o Comitê continue acompanhando o tema e cobrando avanços enquanto persistirem problemas relacionados ao tratamento e à destinação do efluente.

O relatório produzido pelo grupo reúne ainda propostas para ampliar o monitoramento e buscar soluções estruturantes. Entre elas estão ações emergenciais em lixões desativados que ainda apresentem drenagem ativa de chorume e a criação de um plano estadual para enfrentar o problema, com metas, indicadores, fontes de financiamento

e responsabilidades definidas.

Mais do que acompanhar um passivo construído ao longo de décadas, a experiência mostra como a atuação articulada dentro da bacia pode transformar um problema ambiental em pauta permanente de investigação, diálogo e busca por soluções. No Oeste, onde parte importante desse desafio se concentra, manter o chorume no radar significa também manter sob atenção os caminhos que ele pode percorrer até chegar às águas da Baía de Guanabara.

SUBCOMITÊ MARICÁ-GUARAPINA

CONHECER AS ÁGUAS PARA PLANEJAR O FUTURO

Conhecer as condições dos rios e lagoas ao longo do tempo é essencial para identificar problemas e orientar decisões sobre a gestão das águas. Com esse objetivo, o CBH Baía de Guanabara investiu cerca de R\$ 3,6 milhões em um amplo programa de monitoramento quali-quantitativo, criado para complementar a rede existente e preencher lacunas de informações sobre os corpos hídricos da Região Hidrográfica V.

O trabalho teve início em 2021 e, até março de 2026, realizou 43 campanhas em 93 pontos. Dez desses pontos estão no território de Maricá, contemplando rios, canais e o sistema lagunar. As análises consideraram diferentes aspectos capazes de revelar as condições da água, como níveis de oxigênio e nutrientes, turbidez, presença de bactérias, temperatura e salinidade. O projeto também incluiu medições da vazão dos rios em 50 pontos.

A escolha dos locais monitorados também fez parte desse planejamento. Foram considerados aspectos como a presença de mananciais de abastecimento e de lançamentos de efluentes, além de áreas que não estavam contempladas pelo acompanhamento sistemático realizado pelo órgão ambiental estadual. Em Maricá, esse olhar é especialmente relevante diante das diferentes pressões exercidas sobre o território que afetam rios e lagoas, relacionadas, entre outros fatores, à ocupação urbana, ao saneamento e a passivos ambientais de impacto local.

R\$ 3,6
MILHÕES INVESTIDOS

43 CAMPANHAS
REALIZADAS

93 PONTOS DE
MONITORAMENTO

13 PARÂMETROS
DE QUALIDADE
DA ÁGUA

50 PONTOS COM
MEDIÇÃO
DE VAZÃO

Para o especialista em recursos hídricos Leandro Guerra, o acompanhamento ajuda a dimensionar esses desafios e fornece informações importantes para orientar a atuação do poder público. “Diante do déficit histórico no saneamento básico de Maricá, o monitoramento quali-quantitativo da água torna-se essencial para mapear a situação dos recursos hídricos locais. Trata-se de um instrumento fundamental para fortalecer a governança por fornecer dados que nos permitem indicar diretrizes para políticas e obras públicas que garantam a qualidade e a disponibilidade de água, proporcionando uma melhor qualidade de vida para a sua população”, afirma.

A continuidade do acompanhamento dos mesmos pontos ao longo dos anos permite entender como as condições dos rios e lagoas mudam com o tempo e identificar trechos que merecem maior atenção. Essa série histórica transforma coletas isoladas em uma base de conhecimento sobre o território, capaz de orientar ações de saneamento e recuperação ambiental e apoiar a gestão dos recursos hídricos. As informações produzidas também ficam disponíveis para pesquisadores e instituições que atuam na região.

Esse conhecimento poderá subsidiar ainda uma etapa importante para o futuro: o enquadramento dos corpos hídricos. Na prática, esse processo estabelece a qualidade da água que se pretende alcançar ou manter de acordo com os usos desejados para cada trecho. Os dados produzidos pelo monitoramento ajudam, portanto, a compreender a situação existente e a estabelecer referências

Coleta de água no Canal da Costa - Maricá



para o planejamento das ações necessárias.

E o acompanhamento deverá continuar. Com o encerramento do contrato anterior, um novo processo licitatório está em andamento para dar sequência ao monitoramento quali-quantitativo, com previsão de ampliar de 93 para 114 pontos de coleta em toda a Região Hidrográfica. A ampliação reforça a proposta de transformar o monitoramento em uma fonte contínua de conhecimento para orientar a gestão e ajudar a definir os caminhos futuros das águas de Maricá.

SUBCOMITÊ LESTE

SEGURANÇA HÍDRICA COMO PRIORIDADE

No Leste Metropolitano, a segurança do abastecimento de água está diretamente ligada a um sistema compartilhado por diferentes cidades. O Imunana-Laranjal, que capta água dos rios Guapiaçu e Macacu, atende quase 2 milhões de pessoas em Niterói, São Gonçalo, parte de Itaboraí e Maricá e na Ilha de Paqueta. Com capacidade para tratar 7 mil litros de água por segundo, o sistema é estratégico para a região, e sua importância ajuda a dimensionar os impactos quando a disponibilidade ou a qualidade da água dos mananciais é comprometida.

Essa concentração do abastecimento também expõe uma vulnerabilidade comum. Períodos de pouca chuva podem reduzir a vazão dos mananciais e afetar a produção de água. Em setembro e outubro de 2025, por exemplo, o Imunana-Laranjal chegou a operar, respectivamente, com 91% e 86%

de sua capacidade devido à redução da vazão provocada pela falta de chuvas.

Outro episódio tornou essa fragilidade ainda mais evidente. Em abril de 2024, a identificação de tolueno na água bruta provocou a paralisação temporária do sistema. O caso reforçou uma discussão que já vinha sendo conduzida pelo Subcomitê Leste: como aumentar a segurança do abastecimento em uma região na qual diferentes municípios dependem dos mesmos mananciais.

Essa mobilização do Subcomitê Leste para os desafios da Segurança Hídrica na região começou antes da crise com uma forte articulação e participação dos Municípios, o Estado e Concessionárias. Entre abril e setembro de 2022, a Coordenação do Subcomitê Leste promoveu rodas de conversa sobre segurança hídrica, reunindo diferentes atores para discutir os desafios e as alternativas de abastecimento da região. O processo avançou com a realização do 1º Encontro Técnico sobre Alternativas de Abastecimento Hídrico da Região Leste, em agosto de 2023, e do 2º Encontro Técnico, em abril de 2025, ambos realizados em parceria com a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS). Essas iniciativas fortaleceram o diálogo entre municípios, gestores, técnicos, pesquisadores e instituições, contribuindo para a construção de estratégias voltadas à ampliação da disponibilidade hídrica e à segurança do abastecimento no Leste da Baía de Guanabara. wAgora, essa agenda ganha uma nova dimensão com a elaboração do Plano Estadual de Segurança Hídrica do Rio de Janeiro (PESHI-RJ). O processo inclui um caderno específico de alternativas de abastecimento para o Leste



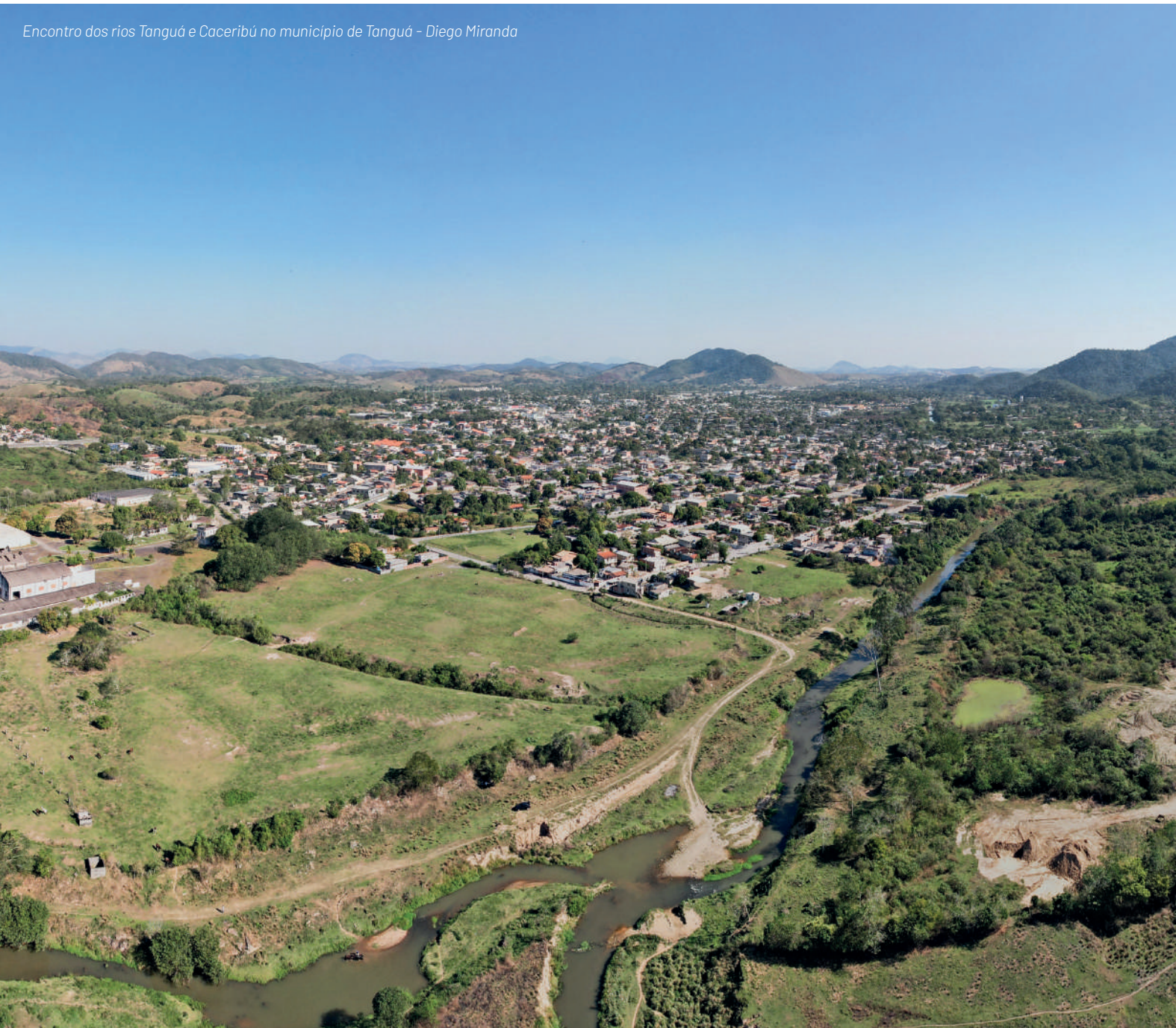
Metropolitano e ocorre em paralelo à atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERHI-RJ). A interlocução com os Comitês de Bacias faz parte da construção desses instrumentos de planejamento.

Para o Subcomitê Leste, participar desse processo significa levar para o planejamento estadual questões que vêm sendo discutidas no território há anos. Ao mesmo tempo, outras frentes vêm ampliando a capacidade de acompanhar os mananciais. Desde 2026, os rios Guapiaçu e Macacu estão entre os sistemas acompanhados pelo Centro de Monitoramento Ambiental da Cedae, que funciona 24 horas por dia e reúne informações

sobre qualidade da água e condições ambientais para identificar riscos e apoiar respostas mais rápidas a ocorrências.

Mais do que responder a episódios de escassez ou contaminação, portanto, o desafio é reduzir vulnerabilidades e preparar o Leste Metropolitano para situações capazes de comprometer o abastecimento. Ao manter a segurança hídrica no centro das discussões e participar da construção dos instrumentos de planejamento, o Subcomitê contribui para que um problema compartilhado por diferentes municípios também seja enfrentado de forma integrada e com visão de longo prazo.

Encontro dos rios Tanguá e Caceribú no município de Tanguá - Diego Miranda



Entre a memória e o futuro das águas

Magno Neves e Halphy Rodrigues atravessaram diferentes momentos da história do CBH Baía de Guanabara

Há histórias institucionais que podem ser contadas por datas, resoluções e mudanças de regimento. Outras ficam mais compreensíveis quando vistas através das pessoas que atravessaram esses processos. No CBH Baía de Guanabara, Magno Neves e Halphy Rodrigues ajudam a reunir essas duas dimensões.

Magno está no Comitê desde a fundação. Halphy chegou alguns anos depois e já acumula mais de uma década de participação. Em momentos

diferentes, os dois acompanharam o crescimento de um colegiado que ainda buscava estrutura, recursos e formas de transformar decisões em políticas públicas. Também estiveram juntos na diretoria e, sobretudo, na Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), espaço em que as regras e instrumentos que ajudam o Comitê a funcionar, passam inicialmente pelo debate técnico.

São trajetórias distintas, mas que se encontram em um mesmo ponto: a disposição para permanecer.

DA MILITÂNCIA AMBIENTAL À CONSTRUÇÃO DO COMITÊ

Para Magno, essa história começou antes mesmo da criação do CBH Baía de Guanabara.

Advogado com mais de três décadas de formação, ele chegou ao Direito Ambiental por um caminho que não nasceu nas salas de aula. Antes da faculdade, militava em uma organização ambiental na Baixada Fluminense. Lembra de ter crescido próximo aos rios, de pescar neles e, depois, de observar a degradação chegar a espaços onde antes aquela atividade era possível.

Quando se formou, Direito Ambiental sequer fazia parte de sua graduação como disciplina. O aprendizado veio da prática, da militância e da participação em diferentes espaços de discussão de políticas públicas.

Antes do CBH Baía de Guanabara, Magno já trazia a experiência do Comitê Guandu, no qual exerceu dois mandatos como diretor. Ao longo dos anos, também passou por conselhos e instâncias relacionadas ao meio ambiente e aos recursos hídricos. Historicamente ligado à representação da sociedade civil, acompanhou o CBH Baía de Guanabara desde seus primeiros passos.

Ele se recorda de um período em que a estrutura ainda era incipiente, os mecanismos de aplicação dos recursos estavam em construção e o próprio funcionamento de um colegiado composto por sociedade civil, usuários e poder público precisava amadurecer.



Eu estou lá desde o início. Então, estou vendo que a coisa está andando. Nos últimos dois, três mandatos, a coisa tem amadurecido a passos largos.

Mais de duas décadas depois, é justamente amadurecimento a palavra que Magno escolhe para descrever o momento atual.



Magno Neves:

advogado; no CBH Baía de Guanabara desde a fundação; experiência no Comitê Guandu; trajetória ligada à sociedade civil.

O otimismo não significa ausência de crítica. Magno fala abertamente sobre dificuldades de interlocução, entraves para a aplicação de recursos e a complexidade de construir consensos em uma região hidrográfica marcada pela diversidade de realidades, interesses e territórios.

Para ele, essa complexidade faz parte da própria identidade do Comitê. E é também o que torna a negociação indispensável.

UMA DÉCADA ACOMPANHANDO A TRANSFORMAÇÃO

Se Magno viu o CBH Baía de Guanabara nascer, Halphy Rodrigues chegou quando aquela estrutura ainda aprendia a caminhar.

Representante da Águas de Niterói no segmento dos usuários, ele começou a se aproximar do Comitê entre 2013 e 2014 e assumiu efetivamente a titularidade da representação por volta de 2015. Desde então, sua atuação também se estendeu aos subcomitês relacionados ao território de Niterói. Quando chegou, recorda, havia limitações de recursos e de estrutura e ainda se aprendia como transformar a arrecadação em investimentos capazes de gerar resultados para a região hidrográfica.

Nesse período, Halphy também aprofundou a própria formação. Advogado há cerca de 20 anos, especializado em Direito Ambiental, concessões e Direito Regulatório, está concluindo a graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária, aproximando ainda mais a formação jurídica dos temas de saneamento e recursos hídricos que fazem parte de sua atuação cotidiana.

Ao olhar para trás, ele identifica mudanças que vão além dos investimentos. Destaca a ampliação da participação, a presença crescente das mulheres e a abertura de espaço para comunidades tradicionais, pescadores e marisqueiras, grupos que, durante muito tempo, tiveram pouca oportunidade de participar diretamente das decisões.

O Comitê que Halphy encontrou e aquele que enxerga hoje, portanto, não são os mesmos.

E parte dessa transformação ocorreu em espaços técnicos nos quais ele e Magno passaram a dividir responsabilidades.



Halphy Rodrigues: advogado e especialista em Direito Ambiental; representante da Águas de Niterói; atua no Comitê há mais de uma década; cursa Engenharia Ambiental e Sanitária.

QUANDO DUAS TRAJETÓRIAS SE ENCONTRAM NA CTIL

A relação entre os dois aparece de maneira espontânea quando começam a falar da CTIL.

Magno reconhece em Halphy alguém que assumiu funções relevantes, participou da diretoria, esteve presente na condução da Câmara e se manteve disponível para ajudar a construir soluções. Halphy devolve o reconhecimento.



Eu só consegui ficar relevante porque ele também foi relevante para mim. Eu me espelhei e aprendi muito com ele

Os dois já alternaram funções de coordenação e coordenação adjunta na Câmara. No último mandato citado durante a entrevista, também dividiram a diretoria: Halphy como diretor técnico e Magno como vice-diretor.

Essa proximidade ajuda a explicar uma característica recorrente da conversa entre eles. Um inicia uma lembrança, o outro acrescenta um detalhe. Um cita determinado instrumento, o outro recupera como ele surgiu. Mais do que dois depoimentos paralelos, a memória do Comitê aparece construída em conjunto.

É isso tem relação direta com a própria natureza da CTIL.

A Câmara é uma instância consultiva. Não decide pela plenária, mas analisa, estrutura e propõe. Assuntos relacionados a normas, resoluções e questões jurídico-institucionais passam por ela antes de chegar à decisão do colegiado.

É ali que ideias surgidas em diferentes instâncias do Comitê ganham forma normativa.

Magno define esse processo como essencialmente descentralizado: as propostas surgem nos subcomitês, câmaras e grupos, são trabalhadas tecnicamente e seguem para a diretoria e para a

plenária. Para ele, essa possibilidade de construir “da ponta para dentro” é uma das características importantes do modelo adotado pelo CBH Baía de Guanabara.

Halphy usa outra imagem. Se o Comitê fosse um corpo, os subcomitês seriam os braços; câmaras técnicas e grupos de trabalho, os dedos que ajudam a operar aquilo que foi construído coletivamente.

É justamente nesse trabalho menos visível que alguns instrumentos importantes ganharam forma.

REGRAS PARA PERMITIR QUE O DIÁLOGO ACONTEÇA

Um dos exemplos é o Regimento Interno.

Ao longo dos anos, sua revisão incorporou mecanismos destinados a aproximar o Comitê pleno das bases territoriais, entre eles a participação nos subcomitês como parte da construção da representação no colegiado. Na avaliação dos entrevistados, essa aproximação aumentou a interlocução entre empresas, poder público, sociedade civil e as demandas locais.

Outro marco foi o Acordo de Convivência.

A iniciativa buscou estabelecer referências de comportamento, ética e respeito entre os integrantes sem transformar a convivência apenas em um conjunto de imposições. Halphy resume a intenção com uma comparação diretamente ligada ao universo em que atuam: mais do que uma obrigação, as boas práticas deveriam “fluir” naturalmente, como a água.

O instrumento ganhou uma importância inesperada durante a pandemia. Com reuniões realizadas a distância, redes sociais e ambientes digitais assumindo uma função central, surgiram novas situações que precisavam de parâmetros. O acordo contribuiu para dar segurança às atividades e à participação dos integrantes mesmo fora das reuniões presenciais.

A CTIL também esteve na origem de outras experiências citadas por Magno e Halphy. Entre elas, um acordo de cooperação com o Ministério Público, inicialmente estruturado para ampliar o intercâmbio de informações e bases de dados e que posteriormente teve seu alcance expandido.

Outra iniciativa foi a proposta de criação do Grupo de Trabalho Chorume. A recorrência de denúncias relacionadas ao tema levava as demandas até a Câmara. Diante da necessidade de um espaço especializado para acompanhá-las, a CTIL propôs à plenária a formação do grupo. Com o tempo, o GT ampliou sua atuação e passou a dialogar com diferentes instituições.

São exemplos que ajudam a compreender por que os dois descrevem a Câmara como uma das instâncias mais exigentes do Comitê: boa parte do que posteriormente se torna norma ou instrumento institucional passa antes pelo exercício de transformar posições distintas em uma proposta tecnicamente fundamentada e capaz de ser discutida pela plenária.

Para Magno, há uma condição essencial nesse processo: impedir que a disputa meramente política substitua a discussão técnica. Mesmo quando existem divergências entre segmentos, ele avalia que a CTIL tem conseguido buscar pontos de equilíbrio.

Halphy concorda. Na visão dele, a força das normas produzidas está justamente na combinação entre fundamentação técnica, respaldo jurídico e construção coletiva.

OS NOMES QUE VIERAM ANTES

Mas falar de regras, resoluções e estruturas não é suficiente para os dois.

Quando a conversa retorna às origens do Comitê, Halphy faz questão de recuperar três nomes: **Dora Reis de Negreiros, Carlos Viveiros e Carlos Alberto Sertã**, todos já falecidos.

Para ele, são referências fundamentais de uma geração que ajudou não apenas a criar o Comitê, mas a sustentá-lo quando sua consolidação ainda dependia de enorme dedicação pessoal.

As lembranças se tornam especialmente vivas quando fala de Dora e Viveiros.

Halphy conta que, já aposentados, os dois continuavam profundamente envolvidos com a defesa da Baía de Guanabara. Um dia perguntou a Dora

por que dedicava tanto tempo e energia àquela causa quando poderia simplesmente aproveitar a aposentadoria. A resposta ficou guardada: cuidar da Baía era justamente parte de sua alegria.

De Viveiros, lembra de uma conversa parecida. Questionado sobre a dedicação depois de aposentado, ele respondeu que aquilo não era trabalho. Era fazer o que gostava.

As histórias ajudam a revelar algo que Magno reconhece na própria trajetória.

Para permanecer durante anos em espaços de construção coletiva de políticas públicas, diz ele, é preciso acreditar que aquele esforço pode produzir algum efeito. A participação da sociedade civil, muitas vezes voluntária, dificilmente resiste por tanto tempo sem alguma identificação pessoal com a causa.

A história de Magno comprova isso. A de Halphy também.

E o respeito dedicado aos que vieram antes cria uma espécie de fio ligando diferentes gerações do CBH Baía de Guanabara.

EXPERIÊNCIA PARA OLHAR ADIANTE

Depois de tantos anos, nenhum dos dois fala como se o trabalho estivesse concluído.

Magno quer ver os recursos disponíveis efetivamente transformados em ações. Para ele, dinheiro parado é especialmente difícil de explicar em uma região que ainda convive com problemas de saneamento e de qualidade dos recursos hídricos.

Halphy olha para desafios igualmente concretos. Entre eles, a segurança hídrica, o enfrentamento da escassez e da contaminação, a atualização dos instrumentos de planejamento, a adaptação às mudanças climáticas e o enquadramento dos corpos hídricos.

A ambição é fazer com que rios e lagoas possam melhorar progressivamente de condição e, onde possível, voltar a comportar atividades hoje inviáveis. Nado, esporte, turismo, lazer, usos que aproximam novamente as pessoas da água.

A Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) é uma instância consultiva do Comitê. Questões relacionadas a normas, resoluções e aspectos jurídico-institucionais passam pela análise e pelo debate técnico antes de seguirem para as instâncias deliberativas

ANALISA > ESTRUTURA > PROPÕE

São objetivos de médio e longo prazo. Exatamente o tipo de horizonte com o qual quem participa de um comitê de bacia aprende a conviver.

Talvez por isso as trajetórias de Magno e Halphy contem algo que nenhuma resolução, isoladamente, conseguiria registrar.

Um está no Comitê desde seu nascimento. O outro chegou quando ele ainda buscava consolidar sua estrutura. Juntos, atravessaram debates, divergências, revisões de regras, novas demandas e diferentes mandatos. Na CTIL, ajudaram a construir

instrumentos destinados a fazer com que essa diversidade continue cabendo em torno da mesma mesa.

E, enquanto projetam os próximos passos, mantêm presente a memória de quem começou essa construção antes deles.

Em um Comitê feito para pensar a água no tempo, o que ela foi, o que é e o que ainda poderá ser, talvez não seja coincidência que sua história também seja construída assim: por diferentes gerações, em movimento contínuo.

Rio de Janeiro, Navio Petroleiro na Baía de Guanabara – Rodrigo Valente

Economia Azul: um novo olhar para a vocação da Baía de Guanabara

Recupera o ambiental e inova o fazem parte da política de estado do Rio de Janeiro para conciliar potencial econ mico, conserva o dos ecossistemas e qualidade de vida de quem vive no entorno da Baía de Guanabara

Foz do Rio Surui, em Magé – Rodrigo Valente

A Baía de Guanabara  , ao mesmo tempo, paisagem, caminho e sustento. Todos os dias, milhares de pessoas atravessam suas águas ou circulam pelas cidades da região hidrográfica que liga territórios, histórias e modos de viver. Ao redor ergueram-se as cidades do Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim e Itaboraí. Nesse espaço, a rela o com a água se traduz em atividades econ micas, trabalho, transporte, turismo, pesca e biodiversidade.

Não por acaso, a história do próprio Rio de Janeiro se confunde com a Baía de Guanabara. Foi por ela que circularam riquezas e mercadorias

durante diferentes ciclos econ micos e   diante dela que se consolidou uma das imagens mais reconhecidas do Brasil no mundo. Para Márcio Barroso Santa Rosa, engenheiro civil, consultor de Recursos Hídricos e Sustentabilidade e coordenador de Projetos em Economia Azul da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro (Seas/RJ), essa rela o ultrapassa a dimensão econ mica.

A partir dessa voca o, a Economia Azul vem ganhando força, e apresenta-se como uma forma de pensar as atividades relacionadas aos mares, rios e demais recursos hídricos de maneira a

conciliar desenvolvimento econômico e conservação ambiental. A ideia é ampliar o uso do mar em atividades econômicas e organizar esses usos para que a capacidade de renovação dos ecossistemas seja respeitada.

// **A relação da população com a água é social, cultural, religiosa e esportiva. É uma relação que não se separa da própria identidade do Rio de Janeiro. Quando pensamos na imagem da cidade, quase sempre aparece a água, a Baía de Guanabara, o Pão de Açúcar, as praias e o Oceano Atlântico. Essa conexão mostra o quanto os recursos hídricos fazem parte da vida e da identidade do estado”, ressalta Márcio Rosa.**

// **“O azul, para nós, é pegar todos os usos que vêm dos recursos marinhos e pensar com que critério de equilíbrio eles podem acontecer. A pesca é um bom exemplo. Existe uma época de defeso porque é preciso respeitar o ciclo de reprodução das espécies. A Economia Azul é uma maneira de qualificar o uso econômico dos recursos do mar, considerando a capacidade que os ecossistemas têm de se renovar”, exemplifica Márcio Rosa.**

Isso significa olhar para atividades tão diferentes quanto pesca, turismo, construção e manutenção naval, produção de energia, exploração de recursos naturais e bioeconomia. O desafio está em encontrar o equilíbrio entre o potencial econômico e os limites impostos pela própria natureza.

O Estado do Rio de Janeiro tem o terceiro maior litoral do Brasil, com 636 quilômetros de costa e um conjunto de ilhas. Cerca de 80% da população vive na região costeira e, apenas na Região Metropolitana, estão concentrados mais de 70%

da população e do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. A subsecretária de Sustentabilidade e Educação Ambiental (SUBSEA), Ana Asti, afirma que, nesse contexto, a Economia Azul já é estratégica para o estado.

// **“O diferencial da Economia Azul em relação à chamada economia do mar está em incorporar a sustentabilidade ao desenvolvimento produtivo, orientando as atividades ligadas aos recursos hídricos para um uso responsável e duradouro. Na Economia Azul, a sustentabilidade precisa estar no centro do processo. No Estado do Rio de Janeiro, o conceito foi ampliado para incluir, além do mar e os oceanos, as bacias hidrográficas e as águas interiores, com foco em iniciativas que promovam a inclusão socioambiental e o desenvolvimento sustentável. A proposta é aproveitar os recursos naturais sem comprometer sua capacidade de renovação, criando oportunidades de trabalho, renda, empreendedorismo e novos negócios. Essa abordagem ganha relevância diante da forte presença dos recursos hídricos na vida das pessoas e das cidades e de seu peso na economia fluminense”, destaca Ana Asti.**

POTENCIAL AZUL

O Estado do Rio de Janeiro realizou, em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), um levantamento sobre a importância e potencial produtivo dos municípios costeiros e regiões hidrográficas para a economia fluminense. Os dados do Projeto Economia Azul indicam que o setor responde por cerca de 15% do PIB estadual.

O turismo se destaca na geração de trabalho e renda, representando aproximadamente um terço dos empregos formais relacionados à Economia Azul. O trabalho parte de um diagnóstico que considera as diferentes regiões hidrográficas do estado. A proposta é identificar as vocações de cada



Ana Asti, Subsecretária de Sustentabilidade e Educação Ambiental do Rio de Janeiro - Fabiano Veneza

território e orientar investimentos e parcerias de acordo com suas características.

// **“O nosso estudo tem esse pioneirismo de olhar o estado pelas regiões hidrográficas. Em cada uma delas, fizemos reuniões e seminários com os municípios costeiros para identificar as atividades mais relevantes e os potenciais de crescimento. Isso permite enxergar onde há maior vocação para o turismo, onde existe uma concentração da atividade naval, onde o óleo e gás tem maior importância ou onde a transição energética pode avançar”, detalha Márcio Rosa.**

O Projeto Economia Azul busca produzir um diagnóstico sobre as atividades econômicas relacionadas aos ambientes aquáticos e identificar oportunidades para o desenvolvimento sustentável. Uma das etapas do projeto foi dedicada especificamente à Baía de Guanabara. O levantamento apresentado pela Seas reuniu gestores públicos, pesquisadores, representantes do setor privado e comunidades tradicionais, incluindo pescadores, marisqueiros e representantes de estaleiros.

Os dados mostram que, dentro da economia formal, foram identificados cerca de 10,5 mil estabelecimentos ligados à Economia Azul no Estado, aproximadamente 70% do total fluminense, responsáveis por cerca de 190 mil empregos. O rendimento médio desses trabalhadores é estimado em aproximadamente R\$ 5,8 mil.

O diagnóstico também procurou aproximar empresas, instituições de pesquisa, startups e poder público, criando condições para o surgimento de soluções inovadoras, formação de novos empreendedores e ampliação das oportunidades relacionadas aos recursos hídricos. O movimento acompanha uma agenda internacional de valorização dos oceanos e dos chamados recursos azuis. O Rio de Janeiro vem buscando se consolidar nesse debate e foi confirmado como sede da Conferência da Década do Oceano da ONU, prevista para abril de 2027.

O planejamento da pasta também considera manguezais, florestas, unidades de conservação e comunidades tradicionais. A intenção é criar um marco capaz de orientar o desenvolvimento de cada região sem comprometer os recursos naturais que sustentam essas atividades.

A partir desse diagnóstico, o Estado também desenvolveu, em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), um estudo sobre o potencial da Economia Azul na Região Metropolitana. A Baía de Guanabara ocupa posição estratégica nesse cenário, por concentrar o principal porto do estado e importantes conexões de entrada e circulação de pessoas. A proposta é pensar a região como uma “metrópole azul”, integrando diferentes cidades e potencialidades em torno de um desenvolvimento sustentável.

A Região Hidrográfica da Baía de Guanabara reúne 17 municípios, enquanto a Região Metropolitana abrange 22 cidades em torno da Baía. Nesse território, os avanços no saneamento começam a produzir efeitos visíveis. Praias como Botafogo, Flamengo e Glória, que ficaram 14 anos sem condições de balneabilidade, voltaram a receber banhistas. A melhoria da qualidade da água também favorece a recuperação da fauna, com o retorno de cavalos-marinhos e a identificação de uma área de concentração de tartarugas entre Botafogo e Urca.

Segundo Ana Asti, “esses resultados mostram a capacidade de recuperação da natureza e abrem novas possibilidades para a Economia Azul. Com a melhoria ambiental, ganham espaço atividades como turismo, transporte aquaviário, esportes e lazer, além de novos negócios capazes de gerar trabalho e renda. A proposta é aproveitar esse potencial dentro de um modelo de desenvolvimento sustentável, que combine atividade econômica, inclusão social e conservação ambiental.”

“Os manguezais são fundamentais para o equilíbrio climático, para a fauna marinha e para os pescadores. Eles alimentam uma cadeia que chega à gastronomia e ao turismo. É uma rede de relações que mostra que conservação ambiental e desenvolvimento econômico não são coisas separadas”, pondera Márcio Rosa.

A conservação e a restauração dos ecossistemas são fundamentais para o desenvolvimento da Economia Azul. A proposta é transformar a relação com a natureza, criando novos negócios e oportunidades a partir da preservação e da recuperação dos recursos naturais, e não de sua exploração predatória. Na Baía de Guanabara, a melhoria da qualidade ambiental também passa pelos manguezais, que cumprem funções essenciais para a biodiversidade, para a proteção costeira e para atividades econômicas como a pesca. A Área de Proteção Ambiental de Guapimirim preserva uma extensa área de manguezal, descrita por Márcio como uma espécie de “Amazônia” dentro da própria baía.

Nesse contexto, os pescadores artesanais e comunidades tradicionais assumem um papel importante, ao contribuírem para o monitoramento da qualidade da água. Para Márcio, qualquer modelo de governança precisa incorporar esses atores. “A governança sem a participação dessas comunidades não existe. Os pescadores estão na baía o tempo todo, conhecem o regime das águas e percebem mudanças que muitas vezes não aparecem em um monitoramento convencional. Fortalecer essas comunidades é também fortalecer a própria gestão ambiental”, defende o engenheiro.

GUANABARA AZUL: GOVERNAR OLHANDO PARA A BAÍA

Criado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (Seas/RJ), o Guanabara Azul reúne poder público, empresas privadas, comitês de bacia hidrográfica e órgãos de fomento nacionais e internacionais em torno da conservação dos recursos hídricos e da revitalização da baía. O programa conta com o Centro Integrado de Gestão da Baía de Guanabara (CIG-BG), responsável por coordenar e planejar as ações, além de dar transparência ao processo. A iniciativa se conecta à Economia Azul ao estimular o uso sustentável dos recursos oceânicos e costeiros, criando oportunidades de trabalho e renda sem comprometer o equilíbrio ambiental.

“Você tem a pesca, o turismo, o Porto do Rio, o transporte hidroviário, a atividade naval e toda uma estrutura de defesa. É um complexo de serviços aquaviários. Por isso, é preciso ordenar esses usos. A governança é a forma de harmonizá-los”, resume Márcio Rosa.

Um dos instrumentos desenvolvidos nessa frente é uma plataforma meteoceanográfica e de monitoramento socioambiental, construída em parceria com pesquisadores e instituições acadêmicas. A ferramenta reúne informações sobre variáveis como ventos, marés e temperatura do oceano e poderá integrar diferentes dados de monitoramento ambiental.

A expectativa é ampliar a capacidade de prevenção, especialmente diante de um problema recorrente em áreas portuárias, os derramamentos de óleo

Quando você tem uma plataforma que consegue monitorar essas variações e implicações, melhora muito a capacidade de prevenção. Não se trata apenas de reagir depois que acontece um derramamento, mas de ter informação para agir antes e reduzir os impactos”, avalia Márcio Rosa.

BLUERIO: INOVAÇÃO PARA OS DESAFIOS DA ECONOMIA AZUL

O BlueRio é um programa desenvolvido em parceria com a consultoria de inovação Beta-i Brasil. O projeto busca atrair startups para desenvolver soluções em seis áreas estratégicas como Saneamento, Portos, Navegação e Logística, Sustentabilidade e Clima, Energia Sustentável, Turismo, e Bioeconomia. A iniciativa pretende impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do Rio de Janeiro, ampliar a difusão do conceito de Economia Azul e aproximar startups de empresas parceiras para a criação de novas soluções e oportunidades.

Lagoa de Maricá - Diego Miranda



//

O BlueRio vem para acelerar a mudança e contribuir para as metas de universalização do saneamento até 2033. O programa aproxima poder público, iniciativa privada e startups na busca por soluções para os diferentes desafios da Economia Azul. Até o momento, 29 projetos chegaram à fase final, em diferentes estágios de execução, contratação ou conclusão. As iniciativas abrangem áreas como portos, navegação, saneamento, turismo e bioeconomia”, conta Ana Asti.

Em sua terceira edição, o programa procura transformar ideias em parcerias e soluções aplicáveis às políticas públicas.

//

“As startups são selecionadas a partir dos desafios apresentados e podem estabelecer parcerias com empresas que já atuam nesses setores. É uma maneira de trazer inovação para dentro das políticas públicas e, ao mesmo tempo, aproximar quem tem um problema de quem pode ajudar a solucioná-lo”, explica Márcio Rosa.

Na Baía de Guanabara, a transformação passa pela reconstrução da relação da população com o território. Durante anos, a poluição contribuiu para afastar as pessoas da Baía. Hoje, com o processo de revitalização, surge a possibilidade de recuperar esse vínculo e reconhecer o potencial da Baía como um recurso vivo, capaz de contribuir para a qualidade de vida, a geração de trabalho e renda e o surgimento de novos negócios sustentáveis.

Para Márcio, o principal legado das iniciativas em andamento é a criação de políticas capazes de atravessar o tempo e permanecer como estratégia de Estado. BlueRio, Política de Economia Azul e Guanabara Azul integram essa perspectiva de continuidade.

//

“Estamos em um momento propício para mudanças muito boas. O potencial ecológico do Rio de Janeiro é muito forte, e a Economia Azul veio para fazer essa vocação ganhar ainda mais importância. A questão ambiental não está separada da questão social, é uma coisa só”, aponta Márcio Rosa.

Para a subsecretária, ainda há desafios importantes, especialmente nas áreas mais degradadas da Baía, mas também existe um patrimônio natural que demonstra capacidade de recuperação. Nesse caminho, a Economia Azul pode ajudar a transformar a revitalização ambiental em novas possibilidades de desenvolvimento para as cidades e comunidades do entorno.

//

“Meu maior sonho é ver a população voltar a estar de frente para a Baía de Guanabara, tendo a Baía como um recurso natural vivo, capaz de gerar qualidade de vida, trabalho, renda e novos negócios azuis sustentáveis. É ver essa Baía restaurada, entregue de volta para a população, e as pessoas fazendo um uso responsável e sustentável desse recurso natural incrível. É um desafio muito grande, mas é um desafio que precisamos trabalhar para resolver”, conclui Ana Asti.

QUANDO O AZUL VIRA OPORTUNIDADE

Antes de ser fonte de renda, destino turístico ou local de grandes projetos, a Baía de Guanabara é, para quem vive dela, uma casa. Alexandre Anderson de Souza vive isso como poucos. Pescador desde 1997, morador da Praia de Mauá, em Magé, e presidente da Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara (AHOMAR), ele aprendeu a ler a baía pelos movimentos da água, pelo comportamento dos peixes, pelo vento e até pelo cheiro que chega à praia.

//

“Quando eu chego na praia, sinto o cheiro do mar, vejo os pássaros e percebo se o tempo vai mudar. Sinto a própria mudança da água e observo o peixe. Quando ele dá uma rebojada diferente, sei que pode estar acontecendo alguma coisa: uma boa pesca, um vento, uma abundância ou o contrário”

Essa relação cotidiana com o ambiente fez da pesca muito mais do que uma profissão. Para Alexandre, estar no mar significa estabelecer uma espécie de pacto com a natureza, retirar dela o necessário para viver, respeitando seus ciclos e contribuindo para sua conservação.

Na sua trajetória, pesca, conservação ambiental, cultura e trabalho se misturam em uma mesma paisagem, e ajudam a revelar uma ideia que ganha cada vez mais espaço no Rio de Janeiro: cuidar das águas também pode ser uma forma de gerar renda, empregos, inovação e oportunidades para o futuro.

//

“O mar é tudo. O mar é a nossa vida. Quando estou pescando, fico mais tempo no mar do que em casa. A gente sai, traz o pão e o dinheiro para pagar as contas e volta para o mar. A nossa Baía de Guanabara é a nossa vida”, confessa Alexandre Anderson de Souza.

É justamente essa relação entre ambiente e atividade econômica que está no centro de um conceito que vem ganhando espaço no estado do Rio de Janeiro, a Economia Azul. Em vez de enxergar os recursos hídricos apenas como elementos naturais a serem protegidos ou como espaços destinados à exploração econômica, a proposta busca conciliar desenvolvimento, geração de renda, inovação e conservação dos ecossistemas relacionados à água.



Alexandre Anderson de Souza, pescador e membro do Comitê Baía de Guanabara - Joaquim Lima

Isso significa reconhecer que uma baía saudável pode sustentar diferentes atividades econômicas, da pesca ao turismo, da indústria naval à biotecnologia, e que a preservação ambiental é parte fundamental dessa equação.

A experiência de Alexandre ajuda a traduzir esse conceito para a realidade. A pesca artesanal movimenta uma cadeia que vai muito além do barco e da rede. Envolve pescadores, marisqueiros, comerciantes, restaurantes e consumidores. O mesmo acontece com o turismo de base comunitária, que utiliza embarcações e o conhecimento dos próprios pescadores para apresentar aos visitantes uma Baía de Guanabara que muitas vezes permanece desconhecida de quem vive na Região Metropolitana.

//

“O ecoturismo na Baía de Guanabara é feito quase 100% por nós, pescadores. São embarcações que saem de Niterói, da Ilha do Governador, de Magé, de Paquetá e de São Gonçalo. O turismo de base comunitária, os passeios e as embarcações fazem parte da nossa atividade”, observa Alexandre.

A trajetória de Alexandre também mostra como a defesa do ambiente pode estimular novas formas de organização e participação social. Desde os anos 2000, pescadores da região passaram a se organizar para defender seus territórios e participar dos espaços de decisão.

A AHOMAR, que nasceu desse movimento, hoje integra uma rede de organizações de pesca e comunidades tradicionais. Alexandre também participa do CBH Baía de Guanabara e destaca a importância de os pescadores ocuparem espaços de discussão e decisão sobre os recursos hídricos. Essa participação também se conecta à Economia Azul. Afinal, não há desenvolvimento sustentável dos territórios sem considerar quem vive deles e conhece, no cotidiano, seus ciclos, suas potencialidades e seus problemas.

// **“Para falar da Baía de Guanabara, tem que falar conosco. Nós somos o monitor, o medidor biológico do ecossistema. Estamos convivendo com esse ambiente e conhecemos qualquer mudança”, resume.**

Um exemplo é a plataforma “Olho na Guanabara”, criada pela AHOMAR para receber denúncias de pescadores e monitorar ocorrências na baía. A ferramenta já contribuiu para identificar situações como manchas de óleo, mortandade de peixes e problemas relacionados a dragagens e embarcações. O que coloca em evidência a relação da inovação com as comunidades, que pode nascer do conhecimento acumulado no território e de soluções desenvolvidas por quem vive os desafios diariamente.

Depois de quase três décadas na pesca, Alexandre olha para o futuro pensando na geração que vem depois dele. Seu neto já pesca e diz que quer seguir seus passos. “Quando meu neto fala para mim ‘quero ser igual ao senhor, vô’, eu sinto orgulho. E, quando diz que quer ser pescador, está dizendo que quer continuar contando essa história e preservando a Baía de Guanabara. Não só para nós, mas para a sociedade brasileira e para o mundo”, ressalta.

O tamanho do azul

Economia Azul no Estado do Rio de Janeiro



PLANEJAMENTO AMBIENTAL: REGRAS DE PROTEÇÃO

Planos de Manejo entregues pelo CBH Baía de Guanabara fortalecem a gestão de sete Unidades de Conservação e ampliam a integração entre preservação, território e recursos hídricos

Uma floresta não termina onde acaba o mapa de uma unidade de conservação. Uma nascente não conhece limites municipais. É por isso que proteger áreas naturais exige planejamento que considere as características de cada território e as conexões entre eles. Esse é um dos principais objetivos dos Planos de Manejo entregues pelo CBH Baía de Guanabara a sete Unidades de Conservação do trecho Leste da Região Hidrográfica V.

Os documentos estabelecem diretrizes para orientar a gestão dessas áreas, organizar os usos do território e fortalecer ações de conservação

da biodiversidade e dos recursos naturais. A elaboração dos planos contou com investimento de R\$ 1.853.401,99.

Receberam os planos o Parque Natural Municipal Serra do Barbosão, em Tanguá; o Refúgio de Vida Silvestre de Santa Fé, em Cachoeiras de Macacu; a Área de Proteção Ambiental Suruí, em Magé; a APA Serra do Sambê, em Rio Bonito; a APA Alto do Gaia, em São Gonçalo; a APA Guapi-Guapiaçu, em Guapimirim; e a APA Morros da Guanabara, em Niterói. A entrega oficial dos documentos ocorreu entre 27 de julho e 4 de agosto de 2026.

O Plano de Manejo funciona como uma referência

para as decisões que precisam ser tomadas no dia a dia de uma unidade de conservação. O documento reúne diagnósticos ambientais, territoriais e socioeconômicos e define diretrizes técnicas, legais e institucionais para orientar a proteção da área e sua relação com as atividades desenvolvidas no entorno.

A partir do plano é possível estabelecer onde e como determinadas atividades podem ocorrer, quais áreas precisam de maior proteção e quais medidas devem ser adotadas para conservar os ecossistemas. O planejamento também oferece segurança para gestores, moradores e demais usuários do território.

Em Rio Bonito, o secretário municipal de Meio Ambiente e Defesa Civil, o Tenente-Coronel Christiano Rodrigues, destaca que

“a função primordial do Plano de Manejo é salvaguardar um dos maiores bens que temos, o meio ambiente. Ele cria regra se define espaços onde a população pode interagir com a fauna e a flora. Nosso primeiro dever de casa já foi feito, que é a publicação de um decreto que valida o plano.”

Entrega do Plano de Manejo da APA Serra do Sambê em Rio Bonito



Em Niterói, o documento recebido pela APA Morros da Guanabara é visto como um instrumento para dar maior previsibilidade à política ambiental. Segundo o secretário de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade, Gabriel Velasco, o plano estabelece diretrizes para conservação da biodiversidade, proteção dos recursos naturais e compatibilização entre preservação e atividades humanas.



Entrega do Plano de Manejo da APA Morros da Guanabara em Niterói

“Receber o Plano de Manejo da APA Morros da Guanabara representa um marco para a gestão ambiental de Niterói e para a consolidação de uma política pública baseada em planejamento, segurança jurídica e participação social. Esse documento estabelece as diretrizes para a conservação da biodiversidade, a proteção dos recursos naturais e a compatibilização entre a preservação ambiental e as atividades humanas desenvolvidas no território”, esclarece o secretário Gabriel Velasco.

O plano amplia as possibilidades de planejamento e atuação do município. O documento reúne instrumentos que ajudam a conciliar conservação

ambiental, ordenamento territorial e desenvolvimento de ações voltadas à sustentabilidade.



“Para o município, o Plano de Manejo é uma ferramenta estratégica que orienta o ordenamento da unidade de conservação, define zonas de uso e proteção, fortalece as ações de fiscalização, recuperação ambiental e educação ambiental, além de ampliar as possibilidades de captação de investimentos e parcerias voltadas à sustentabilidade. A APA Morros da Guanabara desempenha um papel essencial na conservação da Mata Atlântica, na proteção de nascentes, na conectividade entre fragmentos florestais e na resiliência climática da região. Além de instrumento técnico, esse plano representa um compromisso com as futuras gerações”, destaca Gabriel Velasco.

UM PLANEJAMENTO PARA CADA TERRITÓRIO

Embora sigam uma mesma lógica de gestão, os planos consideram as características específicas de cada unidade. Em São Gonçalo, por exemplo, a elaboração de um documento exclusivo para a APA Alto do Gaia permite trabalhar suas particularidades ambientais de forma mais direcionada.

Para o secretário municipal de Meio Ambiente e Transportes, Fabio Lemos, a iniciativa representa um avanço para o município.



“Foi dado um passo importante para o meio ambiente a partir da elaboração de um plano exclusivo para a APA do Gaia. Essa é a APA de maior relevância que temos. Poder fazer um plano exclusivo para ela, tratando suas particularidades, é um passo muito importante para o município”, afirma.



Entrega do Plano de Manejo da APA Alto do Gaia em São Gonçalo

Em Guapimirim, onde mais da metade do território é formado por unidades de conservação, a necessidade de planejamento ganha outra dimensão. O município possui seis unidades municipais e outras áreas protegidas em níveis estadual e federal.



Entrega do Plano de Manejo da APA Guapi-Guapiaçu em Guapimirim

A secretária Municipal do Ambiente e Sustentabilidade, Mayara Barroso, ressalta que a elaboração de um plano de manejo exige recursos que nem sempre estão disponíveis nos municípios. Por isso, a parceria com o Comitê representa uma oportunidade de avançar na estruturação da gestão.



Entrega do Plano de Manejo da APA Suruí em Magé



O plano é um grande avanço para a gestão ambiental do município. Sabemos o quanto é difícil para o município investir na elaboração de um plano de manejo. Além desse plano que recebemos, também estamos com a iniciativa de licitar, com recursos próprios, outros planos para outras unidades municipais. Isso só foi possível porque conseguimos mostrar que investir em meio ambiente também traz retorno para o município, inclusive por meio do ICMS Ecológico”, avalia a secretária Mayara Barroso.

Em Magé, o plano da APA Suruí também é visto como um instrumento permanente capaz de atravessar várias gestões. O secretário municipal de Meio Ambiente, Carlos Henrique Rios Lemos, destaca a importância de estabelecer critérios claros para orientar o uso do território e preservar a unidade. para as próximas gerações.



“O Plano de Manejo é importante, porque, na verdade, deixamos como legado, para as próximas gerações e para quem vai assumir a pasta de Meio Ambiente, um regramento para o uso daquele espaço. O plano vem para estabelecer diretrizes para o município, definir que tipo de atividade pode ser desenvolvida dentro da APA e orientar as decisões. Ele é um instrumento que agrega à gestão e ajuda a garantir que o meio ambiente seja utilizado para aquilo que realmente deve ser”, analisa Carlos Henrique Rios Lemos.

CONSERVAÇÃO QUE ULTRAPASSA FRONTEIRAS

O planejamento de cada unidade também ganha força quando é pensado de maneira integrada. A proposta do Comitê é que as sete áreas possam atuar como um mosaico de unidades de

conservação, aproximando estratégias e fortalecendo a gestão dos territórios. Essa conexão é especialmente importante quando se trata de água. Nascentes, rios, áreas de recarga e florestas fazem parte de uma mesma dinâmica ambiental, que ultrapassa os limites administrativos dos municípios.

Em Tanguá, o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Serra do Barbosão passa a oferecer uma referência jurídica para a gestão de uma área criada em 2007. Para a secretária municipal de Ambiente e Sustentabilidade, Aline Pereira, o documento abre caminho para uma nova etapa de ordenamento e recuperação ambiental.

“O Parque Natural Municipal Serra do Barbosão foi criado em 2007, mas até então não tínhamos um documento jurídico norteador da Unidade de Conservação. Agora nós mudamos o caminho de gestão. O Plano de Manejo vai nos dar o caminho para a gestão territorial e fazer com que os moradores, a geração atual e as gerações futuras consigam enxergar essa unidade como uma verdadeira riqueza natural que temos, um patrimônio”, declara a secretária Aline Pereira.

A relação entre conservação e água aparece de forma direta na unidade. A área possui nascentes

que contribuem para o rio Caceribu, importante curso d’água da região e parte da dinâmica que alimenta o sistema de abastecimento de Imunana.

“Quando o Comitê de Bacia se aproxima dos municípios e consegue entender que só com a proteção a gente protege o manancial, porque estamos falando de uma área de nascentes, isso fortalece a governança. Se não protegermos essas nascentes, vamos comprometer a capacidade e a disponibilidade de água”, explica Aline Pereira.

A experiência também evidencia um princípio central da gestão dos recursos hídricos: a água circula entre territórios, enquanto as responsabilidades precisam ser compartilhadas.

“Até então, a gestão brasileira só pensava no micro. A gente tem que pensar nesse macro, como essa região se fortalece e, assim, fundamentar juridicamente as obrigações de cada um, delimitando também até onde a população pode ir. A água é um bem que não respeita barreiras. Então essa gestão compartilhada tem que acontecer”, destaca Aline Pereira.

Em Cachoeiras de Macacu, município que abriga importantes mananciais da Região Hidrográfica V, a entrega do Plano de Manejo foi celebrada pelo secretário municipal de meio ambiente, Loir Lima, que destaca a importância do planejamento para a gestão da Unidade de Conservação Refúgio da Vida Silvestre de Santa Fé.

“A entrega desse documento técnico é um passo histórico para a gestão ambiental na nossa região. Mais do que cumprir uma meta legal, o Plano de Manejo é o nosso guia definitivo para garantir que a proteção da fauna e da flora caminhe lado a lado com o desenvolvimento sustentável e o uso ordenado do Revis Santa Fé. Com o zoneamento e as diretrizes estabelecidas temos agora a ferramenta certa para preservar esse patrimônio natural tão rico, e garantir que as próximas gerações também possam desfrutá-lo.”

O QUE É O PLANO DE MANEJO?
Plano de Manejo é um documento que orienta a gestão de uma Unidade de Conservação.

- Na prática, ele ajuda a:
- definir áreas de proteção e de uso;
 - organizar as atividades permitidas no território;
 - orientar ações de fiscalização e recuperação ambiental;
 - proteger biodiversidade, nascentes e mananciais;
 - dar mais segurança às decisões de gestores e usuários.

Entrega do Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Fé em Cachoeiras de Macacu

Entrega do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Serra do Barbosão, em Tanguá





PESCAR, CUIDAR E PRESERVAR

Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) reconhece e remunera trabalho realizado por pescadores na preservação da Baía de Guanabara

A pesca artesanal leva homens e mulheres, todos os dias, para dentro da Baía de Guanabara. E, muitas vezes, o que volta nas redes não é apenas peixe. Garrafas, sacos plásticos, pneus, embalagens e outros resíduos acabam recolhidos durante a atividade e chegam às margens junto com o peixe. Esse trabalho, realizado há anos de forma voluntária pelos pescadores, vem ao encontro de uma nova proposta do CBH Baía de Guanabara, o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) para a coleta de resíduos sólidos no mar.

A iniciativa valoriza uma atividade que já faz parte da rotina de pescadores artesanais da Região Hidrográfica V (RH-V). O ciclo começa com a coleta de resíduos marinhos encontrados nas redes, equipamentos de pesca ou, no caso dos catadores de caranguejo, durante a desobstrução de tocas. O material é acondicionado temporariamente e separado dos resíduos orgânicos e daqueles produzidos pela própria atividade pesqueira. Em seguida, o lixo é acondicionado, transportado pelo próprio pescador até o ponto de coleta e entregue ao responsável pela operação. Após a entrega, são realizados os procedimentos estabelecidos, como triagem e pesagem, concluindo um percurso que transforma uma atividade já incorporada à rotina da pesca artesanal em um serviço ambiental reconhecido pelo programa.

Em contrapartida, os pescadores participantes receberão uma remuneração na forma de vale-alimentação. A proposta prevê um ciclo piloto de 12 meses, com R\$ 1,12 milhão já deliberado para sua execução.

O PSA propõe uma relação em que quem presta o serviço ambiental também se beneficia diretamente dessa conservação. É uma espécie de via de mão dupla, na qual o pescador recebe pelo trabalho reconhecido pelo programa, enquanto a própria atividade pesqueira ganha com a redução dos resíduos que interferem na navegação, e que danificam redes e equipamentos e afetam os ecossistemas dos quais depende.

Para o pescador Alexandre Anderson de Souza, morador da Praia de Mauá, em Magé, e presidente

da Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara (AHOMAR), a principal novidade do programa está em reconhecer e premiar uma prática que já existe.

“A gente já faz isso há décadas. O pescador recolhe o lixo porque aquilo é um empecilho para a pesca artesanal. Onde tem muito lixo, muitas vezes não tem peixe, as redes são danificadas e a gente ainda precisa carregar todo aquele peso. Então, o maior interessado em retirar esse material somos nós. Eu vejo o PSA como uma valorização do que a gente já fazia. É um trabalho invisível. A sociedade conhece o pescador como alguém que pesca, mas muitas pessoas não sabem que, junto com o pescado, ele também traz lixo que encontrou na rede. Agora vamos dar visibilidade a isso e mostrar que estamos fazendo a nossa parte pelo ambiente e por toda a sociedade”, destaca Alexandre de Souza.

De acordo com a proposta, os pescadores são considerados os provedores do serviço ambiental e, ao mesmo tempo, também se beneficiam dos resultados da conservação, já que a qualidade dos ecossistemas está diretamente relacionada à qualidade de vida e às condições para o exercício da pesca. O serviço previsto é a coleta de resíduos sólidos encontrados durante a atividade pesqueira.

UM TRABALHO QUE COMEÇA NA REDE

A proposta foi construída com participação das comunidades pesqueiras e prevê critérios para selecionar os beneficiários. Podem participar pessoas físicas maiores de idade que exerçam ativamente a pesca artesanal e residam na RH-V. A seleção será dividida em duas etapas, habilitação, para verificar a elegibilidade e a documentação, e hierarquização, que definirá a ordem de

classificação conforme critérios estabelecidos. Entre eles estão a composição familiar, situação de moradia, vulnerabilidade socioeconômica e vínculo com associações, colônias ou federações.

De acordo com Paula Pimentel Lomanto, especialista em Recursos Hídricos da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), o PSA funciona como um mecanismo de recompensa e incentivo.

“O Programa de Pagamento por Serviços Ambientais reconhece e incentiva quem presta um serviço que contribui para a conservação do meio ambiente. No caso da Baía de Guanabara, o pescador é o provedor desse serviço, porque, durante a atividade de pesca, ele retira resíduos que chegam às redes. Ao fazer isso, ele contribui para melhorar a qualidade da água e, ao mesmo tempo, também se beneficia desse serviço, porque é parte da sociedade e depende do mar para trabalhar. Então, o programa cria uma forma de reconhecer esse trabalho que o pescador já realiza e oferecer um incentivo para que ele continue contribuindo para a conservação da Baía”, explica Paula.

Ao fazer parte do programa, o pescador deverá separar o material encontrado durante sua atividade. Resíduos naturais, como folhas, galhos e pedras, não entram na coleta remunerada, assim como materiais produzidos pelo próprio pescador durante a pescaria. O foco é o resíduo sólido que chega à rede ou é encontrado durante a atividade de pesca e coleta no ambiente.

“Essa iniciativa é importante para nós pescadores, já que não vamos precisar sair da nossa atividade para fazer uma tarefa nova. Vamos continuar pescando, e fazendo a coleta de resíduos. Não vai ter uma atividade laborativa a mais. Vamos fazer o que sempre fizemos, mas agora isso será reconhecido e valorizado”, afirma Alexandre.

O programa não se limita à retirada do lixo. Educação ambiental, comunicação social, monitoramento e pesquisa também fazem parte da proposta. Estão previstas ações educativas nas comunidades pesqueiras, como palestras, oficinas e atividades em escolas, com temas relacionados à reciclagem, à importância dos manguezais e aos impactos dos resíduos nos ecossistemas marinhos.

DA REDE PARA A GESTÃO DAS ÁGUAS

Outro resultado esperado é transformar aquilo que hoje muitas vezes passa despercebido em informação capaz de orientar decisões. A quantidade e o tipo de resíduos coletados, os locais de maior concentração e outros dados observados ao longo da atividade poderão compor relatórios e ajudar a compreender melhor a dinâmica do lixo na Baía de Guanabara.

Além de fazer esse papel ambiental, de recolher os resíduos, o projeto vai gerar dados. Nós saberemos onde há maior concentração de lixo flutuante e, a partir disso, direcionar políticas públicas, como ações de limpeza de orla, ecobarreiras ou outras tecnologias de recolhimento. Hoje, nós não temos esses dados de forma organizada. O PSA pode ajudar a mostrar onde estão as manchas e até investigar de onde esse lixo está vindo”, aponta Alexandre.

A perspectiva é transformar a experiência cotidiana dos pescadores em uma fonte complementar de conhecimento sobre a Baía. Para Paula, esse componente amplia o alcance do programa.

“A gente vai tentar construir dados sobre o peso do lixo retirado, a sazonalidade, a influência da maré e as condições em que aquele material foi encontrado. Isso pode gerar informações importantes para o monitoramento ambiental e para a gestão.”

A proposta também abre espaço para reconhecer a importância social da pesca artesanal. Entre as oportunidades identificadas pelo programa estão o reconhecimento do trabalho dos pescadores, a geração de dados socioambientais, o fortalecimento da educação ambiental e a possibilidade de criar uma nova fonte de renda para comunidades vulnerabilizadas.



Alexandre Anderson de Souza, pescador e membro do CBH Baía de Guanabara.

//

“O pescador é provedor e também é beneficiário do programa em dois sentidos. Ele se beneficia do pagamento pelo serviço que está prestando e também do próprio serviço, porque ele é membro da sociedade. A partir do momento em que você faz um bem para o ambiente, esse benefício alcança todo mundo que está naquele meio”, observa Paula.

PARCERIA COM QUEM CONHECE A BAÍA

Antes de chegar à etapa de aprovação, o programa foi discutido com representantes de diferentes organizações de pesca. Para Alexandre, essa participação foi um dos pontos mais importantes do processo.

//

“Foram várias reuniões, algumas bastante longas, com mais de 20 entidades de pesca. Foi uma construção feita a partir das comunidades. Isso é muito positivo porque não trouxeram um projeto pronto para o pescador. O projeto foi construído com o pescador, considerando a experiência de quem está todos os dias na Baía”, conta.

A experiência também pode abrir caminho para novas iniciativas. Alexandre acredita que o modelo desenvolvido na Baía de Guanabara poderá inspirar outras comunidades pesqueiras, dentro e fora do estado do Rio de Janeiro.

//

“Eu tenho muita expectativa. Pode ser um protótipo, um modelo para outras regiões. Quem sabe, a partir daqui, comunidades pesqueiras do Norte, do Nordeste e do Sul do Brasil também possam implementar programas de serviço ambiental voltados para a pesca artesanal.”

O primeiro passo é a aprovação da proposta pelo CBH Baía de Guanabara e o encaminhamento para elaboração da resolução que dará forma institucional ao programa. O desenho prevê uma experiência piloto, com número inicialmente reduzido de participantes, justamente para testar a operação, acompanhar os resultados e aperfeiçoar o modelo.

O ganho esperado para a Baía de Guanabara vai além da quantidade de resíduos que serão recolhidos. A proposta reconhece o pescador como parte ativa da gestão das águas e aproxima conhecimento tradicional, conservação ambiental, geração de renda e produção de informação.

//

“Se hoje fazemos isso voluntariamente, com o PSA vamos ter um incentivo. A gente vai mostrar que somos pescadores, que estamos pescando e também cuidando do nosso ambiente, da nossa casa comum. E, quem sabe, isso incentive outras pessoas a fazerem o mesmo”, reflete Alexandre.

Com o programa, a conservação deixa de ser vista apenas como uma responsabilidade externa à atividade pesqueira e passa a reconhecer quem já está dentro da água como parceiro na proteção da Baía. Um trabalho cotidiano, antes pouco visível, ganha reconhecimento, estrutura e a possibilidade de produzir efeitos que vão muito além das redes de pesca.

Da rede à gestão



Como funciona o PSA?

Pagamento Por Serviços Ambientais:

O programa reconhece e incentiva pessoas que realizam ações que contribuam para a conservação ambiental.

Na Baía de Guanabara:

1. o pescador pesca;
2. recolhe resíduos encontrados durante a atividade;
3. separa e entrega o material nos pontos definidos;
4. recebe um incentivo na forma de vale-alimentação.



Quem ganha?

O pescador, que tem seu trabalho reconhecido; e a Baía de Guanabara, que passa a contar com mais resíduos retirados e informações sobre a presença do lixo.

“

“O pescador é provedor e também é beneficiário em dois sentidos. Ele se beneficia do pagamento pelo serviço que está prestando e também do próprio serviço, porque ele é membro da sociedade. A partir do momento em que você faz um bem para o ambiente, esse benefício alcança todo mundo que está naquele meio”, analisa Paula Pimentel.

“

“Essa iniciativa é importante para nós pescadores. E nós não vamos precisar sair da nossa atividade para fazer uma tarefa nova. Vamos continuar pescando, e fazendo a coleta de resíduos. Não vai ter uma atividade laborativa a mais. Vamos fazer o que sempre fizemos, mas agora isso será reconhecido e valorizado”, afirma Alexandre de Souza.

HÁ 21 ANOS, O CBH BAÍA DE GUANABARA CUIDA DAS ÁGUAS E CONSTRÓI CAMINHOS PARA O FUTURO.

Diferentes vozes se encontram em torno de um mesmo compromisso há mais de duas décadas: contribuir para a gestão das águas da Região Hidrográfica V.

Ao longo dessa trajetória, diálogo, participação e conhecimento se transformaram em decisões, projetos e ações voltados à recuperação dos corpos hídricos e à qualidade de vida nos territórios.

São 21 anos construindo pontes entre poder público, sociedade civil e usuários da água, fortalecendo uma gestão participativa que reconhece os desafios do presente sem perder de vista o futuro.

21 anos de história. E muitas águas ainda por cuidar.



Canal das Taxas, Rio de Janeiro - Luíza Bragança



Acompanhe as
atividades do CBH
Baía de Guanabara.
Siga nossas redes!



CBH
BAÍA DE
GUANABARA
Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara
e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá